

Carta Social e do Trabalho

INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP

Diretor

Márcio Percival Alves Pinto

Diretor Executivo do CESIT

Carlos Alonso Barbosa de Oliveira

Conselho Editorial

Carlos Alonso Barbosa de Oliveira

José Carlos Braga

Márcio Percival Alves Pinto

Paulo Eduardo de Andrade Baltar

Organizadores

Eduardo Fagnani

Marcio Pochmann

Equipe do CESIT

Alexandre Gori Maia

Amilton José Moretto

Anselmo Luis dos Santos

Carlos Alonso Barbosa de Oliveira

Cláudio Salvadori Dedecca

Davi Antunes

Denis Maracci Gimenez

Eduardo Fagnani

Eugênia Troncoso Leone

Jorge Eduardo Levi Mattoso (Licenciado)

José Dari Krein

Marcelo W. Proni

Marcio Pochmann

Marco Antônio de Oliveira (Licenciado)

Maria Alice Pestana de Aguiar Remy

Paulo Eduardo de Andrade Baltar

Sônia Tomazini

Waldir José de Quadros (Licenciado)

Walter Barelli (Licenciado)

Wilnês Henrique (Licenciada)

Apoio Administrativo

Licério Siqueira

Susete R. C. Ribeiro

Projeto Visual e Editoração Eletrônica

Célia Maria Passarelli

Edição de Texto

Caia Fittipaldi

CESIT – Instituto de Economia da Unicamp

Cidade Universitária Zeferino Vaz

Caixa Postal 6135 – Cep 13.083-970

Campinas – São Paulo – SP

Tel: (19) 3788-5720 –

E-mail: <cesit@eco.unicamp.br>.

<<http://www.eco.unicamp.br/cesit>>.

TEMA: TENDÊNCIAS RECENTES DO EMPREGO

SUMÁRIO

Apresentação	1
<i>Paulo Baltar</i>	
<i>José Dari Krein</i>	
<i>Amilton Moretto</i>	
O emprego formal nos anos recentes	3
<i>Cláudio Salvadori Dedecca</i>	
<i>Eliane Navarro Rosandiski</i>	
Enfim, esperança de réquiem para a tese da “inempregalidade”	11
<i>Marcio Pochmann</i>	
Qualidade das ocupações no Brasil.....	18
<i>Anselmo Luis dos Santos</i>	
Recuperação do emprego formal e baixo crescimento: impactos sobre o mercado de trabalho	22
<i>Eugênia Troncoso Leone</i>	
A mulher no atual mercado de trabalho	30

APRESENTAÇÃO

Eduardo Fagnani e Marcio Pochmann

Editores

Os autores reunidos nesse número de *Carta Social e do Trabalho* são unânimes em apontar uma tendência positiva, apesar de modesta, de recomposição do mercado de trabalho nos últimos anos. O desemprego, embora ainda elevado, vem declinando. O emprego, sobretudo o formal, vem-se recuperando. São sinais que apontam o sentido da reversão da tendência observada ao longo de toda a década de 90.

O artigo de Paulo Baltar, José Dari Krein e Amilton Moretto – “O Emprego Formal nos Anos Recentes” – trata da recuperação do emprego ocorrido após a desvalorização cambial em 1999 e, especialmente desde 2003, com o crescimento do comércio mundial. Ressaltam que o desempenho da economia tem provocado uma modesta redução na taxa de desemprego e crescimento do emprego formal, revertendo tendência dos anos 90, quando diminuiu a participação dessa forma de inserção no total de ocupados. Mostram que a inflexão do mercado de trabalho fica patente na maior elasticidade da ocupação não-agrícola frente ao crescimento do PIB e na ampliação da formalização dos vínculos de emprego. Destacam a presença de dois movimentos concomitantes implícitos no desempenho do emprego formal. O primeiro é a ampliação dos postos de trabalho *vis-à-vis* a atividade da economia, medida pelo PIB. O segundo é a maior concentração desses postos de trabalho em estabelecimentos mais organizados, onde é maior a tendência de formalização dos vínculos de emprego. Na explicação destes movimentos os autores destacam duas ordens de fatores de natureza diferente, embora inter-relacionados. Primeiro, as mudanças nas condições de operação da economia brasileira. Segundo, as modificações no posicionamento do Estado brasileiro com respeito à sua responsabilidade na imposição do cumprimento das leis trabalhistas.

Na mesma perspectiva, o artigo de Cláudio Salvadori Dedecca e Eliane Navarro Rosandiski – “Enfim, esperança de réquiem para a tese da ‘inempregabilidade’” – também aponta os efeitos positivos da atual recomposição da atividade produtiva sobre o mercado de trabalho. Salientam que o restabelecimento de uma relação ainda mais virtuosa entre crescimento econômico e emprego, que poderia ser transbordada para a renda, não ocorreu em virtude da “obsessão monetarista” da atual política econômica. Segundo os autores, trata-se da maior contradição da política do atual Governo, que busca fomentar o crescimento e o emprego e, ao mesmo tempo, reitera os instrumentos de política econômica que freiam sistematicamente o processo, colocando em risco a continuidade do movimento de recuperação econômica. Mesmo assim, os autores sustentam a idéia de que os claros sinais de relação positiva entre recuperação econômica e recomposição do mercado de trabalho desfazem o mito da impossibilidade de o país restabelecer capacidade de crescimento e de geração ponderável de novas ocupações. Com isso, cai por terra um dos pilares da tese da ‘inempregabilidade’ defendida pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, que argumentava sobre a inevitabilidade do enxugamento brusco da ocupação industrial pela modernização tecnológica da economia globalizada.

O artigo de Marcio Pochmann – “Qualidade das Ocupações no Brasil” – destaca duas diferenças que vêm ocorrendo entre 1999 e 2004 comparativamente a outros três momentos compreendidos entre 1990 e 1998 (1990/92; 1993/97; e 1998/99): todos são marcados pela recessão econômica, queda da

produção nacional, queda do emprego assalariado formal e elevação do desemprego. No período 1999-2004, ao contrário, mesmo apresentando um ritmo de crescimento econômico médio anual bem inferior ao verificado no conjunto da economia mundial, o comportamento geral do mercado de trabalho vem dando sinais de certa interrupção na trajetória consolidada nos vinte anos passados de forte contenção do nível da ocupação industrial e precarização generalizada dos postos de trabalho. As mudanças no regime cambial e a expansão do comércio mundial, contribuíram para que houvesse alguma recuperação do nível das ocupações no setor industrial. Esse movimento é particularmente marcante em 2004, quando houve um crescimento considerável do volume de emprego na indústria de transformação. Todavia, o autor ressalta que, não obstante a melhora recente na geração de postos de trabalho no Brasil, constata-se a permanência de altas taxas de desemprego aberto e da elevada precarização das ocupações. O baixo ritmo de expansão da economia nacional, acompanhado de taxa reduzida de investimento, e a natureza da reinserção externa do Brasil, tornam o aumento do emprego associado, na maior parte das vezes, caracterizado pela ínfima qualidade ocupacional.

O artigo de Anselmo Luis dos Santos – “Recuperação do Emprego Formal e Baixo Crescimento: Impactos sobre o Mercado de Trabalho” – também reafirma os pontos explicitados nos textos anteriores. O autor, ressalta que a economia brasileira vem apresentando, entre 1999 e 2004, uma elevação do volume de emprego formal, fato que caracteriza uma “situação surpreendente” diante da manutenção de taxas médias reduzidas de crescimento do PIB. Nesse período, ocorreu uma geração líquida de quase 7,0 milhões de empregos formais no país, segundo os dados da RAIS (MTE). O autor aponta para a necessidade de qualificar melhor essa expansão do emprego formal, para que seus impactos sobre o mercado de trabalho brasileiro possam ser mais bem compreendidos. Nesse sentido, sustenta que o crescimento do emprego nesse período de baixo crescimento econômico, mesmo tendo maiores impactos sobre o emprego formal, não foi suficiente para promover uma significativa melhoria e estruturação do mercado de trabalho brasileiro. Também destaca que algumas mudanças estruturais ocorridas na economia brasileira afetaram a relação entre a expansão do emprego formal e o ritmo de expansão do PIB. Na mesma perspectiva, procura analisar a evolução do emprego formal e das remunerações geradas nesse segmento, segundo o porte das empresas, visando a identificar alguns aspectos qualitativos da expansão do emprego formal. Finalmente, ressalta alguns impactos da expansão do emprego formal no conjunto da estrutura ocupacional brasileira, buscando comparar sua evolução com o comportamento do trabalho assalariado sem carteira, do trabalho autônomo e do emprego doméstico.

Finalmente, o artigo de Eugênia Troncoso Leone – “A Mulher no Atual Mercado de Trabalho” – analisa as tendências recentes no emprego na perspectiva do gênero. Analisando as mudanças na estrutura ocupacional entre 2002 e 2004, a partir dos dados da PNAD, a autora constata que o crescimento do emprego formal foi igualmente intenso para homens e para mulheres. O mesmo não ocorre na ocupação não-formal que ficou constante para homens e aumentou de forma expressiva para mulheres. Também no caso da ocupação não-agrícola o crescimento foi expressivo para as mulheres, comparativamente aos homens. A autora também identifica um conjunto de diferenças na composição dos empregos formais por setores de atividade econômica. Conclui seu artigo, ressaltando que para a população ativa feminina que continuou aumentando sua participação, o desempenho do mercado de trabalho mostrou-se insuficiente, reduzindo pouco o desemprego e dando continuidade a um intenso crescimento da ocupação não-formal nos mais variados setores de atividade.

Boa Leitura.

O EMPREGO FORMAL NOS ANOS RECENTES

*Paulo Baltar*¹
*José Dari Krein*¹
*Amilton Moretto*¹

Introdução

Este artigo trata da recuperação do emprego ocorrido após a desvalorização cambial em 1999, provocando uma modesta redução na taxa de desemprego. Chama a atenção, particularmente, o crescimento do emprego formal, revertendo tendência observada ao longo de toda a década de 1990, quando diminuiu a participação desta forma de inserção no total de ocupados. Os indicadores do mercado de trabalho mostram que os maus resultados dos anos 90 pouco se modificaram, mas os dados sugerem ter havido uma inflexão nos desempenhos da economia e do mercado de trabalho depois da desvalorização do Real em 1999, especialmente desde 2003, com o intenso crescimento do comércio mundial. A inflexão do mercado de trabalho fica patente na maior elasticidade da ocupação não-agrícola frente ao crescimento do PIB e na ampliação da formalização dos vínculos de emprego.

Destaca-se a presença de dois movimentos concomitantes implícitos no bom desempenho do emprego formal. O primeiro é a ampliação mais intensa dos postos de trabalho *vis-à-vis* a atividade da economia, medida pelo PIB. O segundo é a maior concentração desses postos de trabalho em estabelecimentos mais organizados onde é maior a tendência de formalização dos vínculos de emprego. O intenso crescimento do emprego formal é a resultante desses dois movimentos.

Na explicação destes movimentos destacam-se duas ordens de fatores de natureza diferente, embora inter-relacionados: i) as mudanças nas condições de operação da economia brasileira e, ii) as modificações no posicionamento do estado brasileiro com respeito à sua responsabilidade na imposição do cumprimento das leis trabalhistas.

Deste modo, o artigo divide-se em duas seções. Na primeira, examina-se a evolução da economia brasileira e do mercado de trabalho depois de 1999. Na segunda, trata-se da postura do Estado em relação à regulamentação do trabalho, especialmente em relação à fiscalização do registro em carteira de trabalho dos vínculos de emprego e do posicionamento da Justiça do Trabalho sobre responsabilidades de débitos trabalhistas em contratos de terceirização de atividades, antes realizadas por empregados das próprias empresas.

1 O mercado de trabalho na virada do século

O mercado de trabalho foi muito afetado pelas alterações que ocorreram na economia brasileira ao longo da década de 1990 (Mattoso; Baltar, 1997; Baltar, 2003; Pochmann, 1999; Dieese, 2001). A maneira como o país se inseriu no processo de globalização, foi particularmente desfavorável ao mercado de trabalho. A liberalização das importações, após uma década em que o país praticamente apenas pôde importar petróleo, foi indiscriminada e sem exigir contrapartida dos parceiros comerciais. A entrada de capital não foi controlada, permitindo-se a valorização da moeda nacional. Essa valorização ajudou a baixar

¹ Professores do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisadores do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho -Cesit.

a inflação, favoreceu ganhos de capital para quem teve acesso ao dinheiro estrangeiro, mas agravou sobremaneira a competição com os produtos importados, prejudicando a produção local. O baixo preço da moeda estrangeira foi mantido por meia década através de elevado nível das taxas de juros, em prejuízo de todos que dependem do crédito em moeda nacional, a começar pelo próprio governo. Com a elevada taxa de juros, a venda indiscriminada do patrimônio do Estado não impediu o aumento desproporcional da dívida pública. Imobilizado pela precariedade das finanças públicas e sem o apoio das empresas estatais privatizadas, o Estado brasileiro perdeu capacidade para coordenar os investimentos necessários para o crescimento da economia.

As repercussões negativas sobre o mercado de trabalho da inadequada inserção da economia na globalização manifestaram-se nas condições de atividade da população e no tipo de ocupação das pessoas. Quanto às condições de atividade, o crescimento da população economicamente ativa continuou intenso devido ao aumento da participação na atividade econômica das mulheres adultas de 25 a 59 anos de idade que cresceu de 53,4% para 59,0% entre 1992 e 1999, apesar da forte diminuição da taxa de participação dos jovens de 15 a 20 anos de idade do sexo masculino. Entre estes, a taxa de participação diminuiu de 71,7% em 1992 para 60,9%, em 1999.

Mesmo com menor participação na atividade econômica, a taxa de desemprego entre os jovens aumentou de 11,9% para 20,1% entre 1992 e 1999, ao mesmo tempo em que a proporção de ocupados entre os homens de 15 a 20 anos de idade caiu de 63,2% para 48,6%. Entre as mulheres adultas, apesar do aumento da proporção de mulheres com 25 a 59 anos de idade ocupadas, de 49,9% para 53,2% no período, verificou-se que parte do crescimento da participação desse grupo implicou o aumento do desemprego, de 6,5% para 9,9%.

Desse modo, o crescimento da população ativa continuou muito intenso, modificando-se seu perfil em termos de idade e sexo, aumentando o peso das pessoas adultas, especialmente as do sexo feminino. A economia, entretanto, não gerou oportunidades suficientes para ocupar todo esse crescimento da população ativa; e a taxa de desemprego, que era inferior a 5%, em 1989, aumentou para 7,2% em 1992, 8,4% em 1997 e 10,4% em 1999. Apesar de o desemprego atingir todo tipo de pessoa, sua ampliação foi mais intensa entre os jovens e as mulheres adultas. No caso dos jovens, o estreitamento do mercado de trabalho não ficou somente no pronunciado aumento da taxa de desemprego, mas também manifestou-se na profunda queda da taxa de participação.

Além do ritmo insuficiente de crescimento da ocupação, ocorreram mudanças importantes no tipo de ocupação das pessoas. Assim, o emprego na agropecuária diminuiu, apesar de esse setor ter sido o de melhor desempenho na década de 1990 em termos de ampliação da produção. Isso decorreu das alterações na composição da produção por tipo de produto e aumentos da produtividade, que impediram que o aumento da produção agropecuária ampliasse as oportunidades de emprego nesse setor. Aqueles que não conseguiram uma ocupação na agropecuária tiveram que buscá-la nas ocupações não-agrícolas. Porém, o aumento da ocupação no conjunto das atividades não-agrícolas se deu num ritmo muito mais lento que no passado. Foi mais lento, inclusive, que o ritmo observado na década de 1980, quando a crise da dívida externa foi acompanhada pelo colapso da economia brasileira, interrompendo uma trajetória de intenso e prolongado crescimento do PIB.

Com isso, o emprego diminuiu significativamente nas grandes empresas da indústria de transformação, construção civil, serviços de utilidade pública, finanças e transporte. Uma parcela dessa redução do emprego nas grandes empresas foi provocada por terceirização de atividades, que elevou expressivamente o emprego nas empresas pequenas e médias e o trabalho por conta-própria. Outra parcela deve-se ao processo de reorganização produtiva das empresas, expostas à maior concorrência externa. O

crescimento do emprego também foi expressivo no comércio, nos serviços auxiliares da atividade econômica, na administração pública e nas atividades sociais, na educação, na saúde, na assistência e previdência social. Todavia, o crescimento do emprego total em estabelecimentos não-agrícolas foi pequeno, ficando muito aquém da ampliação do emprego no serviço doméstico remunerado e do trabalho por conta-própria; e o número de empregadores não-agrícolas cresceu expressivamente, com a proliferação das empresas médias e pequenas.

Em resumo, o crescimento da ocupação foi insuficiente para absorver a ampliação da população ativa, dificultando a entrada do jovem no mercado de trabalho e aumentando o desemprego. Alterou-se, também, a composição das oportunidades de emprego, reduzindo-se o peso das grandes empresas e aumentando a participação do emprego não formalizado em pequenas e médias empresas, do serviço doméstico remunerado e do trabalho por conta-própria.

A partir da desvalorização cambial do início de 1999, esse quadro vem-se modificando. Primeiro, com o aumento do preço do dólar e, desde 2003, com o excepcional desempenho do comércio mundial, que colaborou para ampliar substancialmente as exportações brasileiras. No entanto, a política macroeconômica continuou com a prioridade de manter baixa a inflação; e o poder público manteve a passividade, sem agir para melhorar a qualidade da inserção do país na globalização. A inflação e o crescimento do produto foram contidos, mas melhoraram bastante os resultados do balanço de comércio, com as exportações crescendo mais fortemente e as importações ampliando-se mais suavemente que na década de 1990.

Quanto ao mercado de trabalho, não houve, no início dos anos 2000, a eliminação de empregos formais pela grande empresa observada nos anos 1990. Isso fez com que o crescimento da ocupação total e do emprego formal se mostrasse mais vigoroso comparativamente ao aumento do produto, indicando a reversão da pequena elasticidade produto-emprego que prevaleceu na década de 1990.

A Tabela 1 ilustra a baixa elasticidade do emprego nos anos 1990 e seu aumento depois de 1999. As informações deixam evidente que o desempenho do setor industrial continua fundamental para o crescimento do PIB; e que, em 1993-1997, o mau desempenho do mercado de trabalho esteve associado a um forte crescimento das importações e à ampliação das exportações em ritmo mais lento do que o da expansão do total do comércio mundial. Já entre os anos 2002 e 2004, o crescimento do setor industrial e do PIB ocorreu em ritmo mais lento, mas o crescimento das importações foi bem mais suave e as exportações cresceram no ritmo do comércio mundial total. A agricultura interrompeu a queda da ocupação e, simultaneamente, a ocupação não-agrícola cresceu expressivamente, em ritmo análogo ao do produto do setor industrial, calcada na intensa expansão do emprego formal. O contraste de crescimento entre o emprego formal e as outras posições na ocupação e a interrupção do forte aumento do número de estabelecimentos sugerem que a retomada do mercado de trabalho ocorreu com peso crescente das empresas médias e grandes, sendo acompanhada de uma maior formalização dos vínculos de emprego.

A interrupção da queda da ocupação agrícola e a aceleração do crescimento da ocupação não-agrícola não alteraram o quadro geral do mercado de trabalho do país depois de 1999. A taxa de

Tabela 1
Taxa de variação (%) ao ano da atividade econômica e da ocupação. Brasil, 1993-1997 e 2002-2004.

Indicador	1993-1997	2002-2004
PIB	4	2,7
Indústria	4,1	3,1
Agropecuária	2,9	4,9
Exportação	8,3	26,4
Importação	23,9	15,3
Ocupação	1,1	2,4
Agrícola	(-9,8)	(-0,1)
Não-agrícola	2,2	2,9
Formal	1,1	4,8
Não-formal	2,9	2,1
Trabalho Doméstico	3,6	2,4
Conta-própria	3,1	1,7
Empregador	6	(-0,1)
Não Remunerado	(-4,1)	(-12,8)

Fonte: Indicadores DIESP; IBGE/PNAD. Elaboração própria.

desemprego diminuiu muito pouco, passando de 10,3% em 1999 para 9,8% em 2002 e 9,5% em 2004, muito acima dos 4% a 5% de 1989. Essa redução não foi mais acentuada devido ao aumento da taxa de participação que passou de 57,4% para 58,5%, entre 1999 e 2002, atingindo 59,2% em 2004. Por esse motivo, a taxa de ocupação (relação entre o número de pessoas ocupadas e a população em idade ativa) mostra melhor a recuperação do mercado de trabalho: essa passou de 51,5%, em 1999, para 52,8% em 2002, atingindo 53,6% em 2004, aproximando-se dos 55,0% de 1989. Assim, ampliou-se em 2 pontos percentuais a proporção da população em idade ativa que tem alguma ocupação. Não obstante, para que a taxa de ocupação possa continuar a aumentar, por aumento da taxa de participação e declínio da taxa de desemprego, é necessário que a atividade econômica cresça mais intensamente, pois houve um salto na elasticidade emprego do produto; e nada justifica, no momento, que se suponha que continuará a aumentar.

Entre 2002 e 2004 a ocupação não-agrícola cresceu em média 2,9% ao ano. Já o emprego em estabelecimento cresceu ainda mais rápido (4,0% a.a.). No entanto, essa desproporção entre os ritmos de crescimento modificou pouco o peso do emprego em estabelecimento no total da ocupação não-agrícola: de 61,7% para 63,1%. Contudo, do total de ocupações não-agrícolas geradas (3,7 milhões), 85% foram em empregos de estabelecimento. Destes, o crescimento dos empregos com vínculo formalizado (4,8%) foi mais intenso do que o sem registro em carteira de trabalho (2,1%). Assim, embora o grau de formalização tenha aumentado pouco, passando de 70,1% para 71,2% do emprego em estabelecimento, 82% do acréscimo neste tipo de emprego correspondeu a vínculos formalizados segundo a CLT ou o Estatuto do Servidor Público. Os dados da RAIS para o período permitem averiguar a distribuição do emprego segundo o tamanho do estabelecimento. Esses dados indicam que o ritmo de crescimento do emprego foi tanto mais intenso quanto maior o tamanho do estabelecimento (Tabela 2). A distribuição do emprego por tamanho do estabelecimento, não obstante, pouco se modificou. Os estabelecimentos de tamanho pequeno (menos de 50 empregados) continuam respondendo por 55% do emprego e os de grande porte (500 ou mais empregados) somente 25%.

Considerando que todo o emprego não-formal é gerado nos estabelecimentos com menos de 50 empregados, verifica-se que neles o crescimento do emprego formal foi maior do que o do emprego sem registro em carteira; porém, o grau de formalização dos vínculos de emprego nesses estabelecimentos pouco se modificou, nesses dois anos, passando de 47,0% para 48,2%. Esses dados mostram que foi muito intenso e generalizado o aumento do emprego entre 2002 e 2004, destacando-se os estabelecimentos de grande porte que tinham encolhido fortemente na década anterior com a reestruturação da economia. Esta eliminou muitos empregos e fez com que nos momentos de crescimento econômico fossem gerados relativamente poucos empregos, particularmente nos estabelecimentos de grande porte. Está implícito nesse movimento os efeitos da intensa reestruturação produtiva e a importação de produtos manufaturados, desproporcional à evolução das exportações, cobertas por entrada de capital, prevalecendo altas taxas de juros e baixo preço do dólar. As taxas de juros continuaram muito altas, mas o maior preço do dólar, desde 1999, e o melhor desempenho do comércio mundial, desde 2003, permitiram que a elevada atividade econômica de 2004 gerasse mais empregos, mesmo em estabelecimentos de grande tamanho. Assim, entre 2002 e 2004, para um crescimento médio anual do PIB e do produto do setor industrial de 2,7% e 3,1%, o emprego da RAIS cresceu a 4,5% no total e 4,9% nos estabelecimentos de grande tamanho.

Tabela 2
Distribuição (%) e taxa de crescimento do emprego por tamanho de estabelecimento. Brasil, 2002 e 2004.

Tamanho do Estabelecimento	Emprego		Taxa de Crescimento (% a.a.)		
	2002	2004	Formal	Não-Formal ¹	Total
Menos de 50	55,6	55,0	4,5	2,1	3,3
50 a 500	20,0	20,0	3,9	-	3,9
500 e mais	24,4	25,0	4,9	-	4,9
Total	100	100	4,5	2,1	3,8

Fonte: MTE/RAIS; IBGE/PNAD. Elaboração própria.

(1) Considerou-se que todos os trabalhadores sem carteira (informal) encontravam-se nos estabelecimentos com menos de 50 empregados.

Em termos da composição setorial verifica-se que a ocupação e o emprego em estabelecimento pouco se modificaram entre 2002 e 2004. Já os aumentos do peso do emprego em estabelecimento na ocupação total e do grau de formalização desses empregos, embora pequenas, foram generalizados. Assim, a participação dos setores que ampliaram o peso do emprego no total da ocupação não-agrícola e do emprego formalizado passou de 49,9% para 50,5%, enquanto que a participação do conjunto daqueles setores que ampliaram o grau de formalização passou de 65,3% para 65,5% no mesmo período. Deve-se destacar que a recente recuperação do mercado de trabalho não envolveu a construção civil cuja participação na ocupação não-agrícola total diminuiu de 8,8% para 7,9% e no emprego em estabelecimento, diminuiu de 7,1% para 6,4%. Uma retomada da construção civil contribuiria para acelerar a Formação Bruta de Capital Fixo, já que o investimento público em infra-estrutura e a ativação da construção residencial proporcionariam o horizonte necessário para aglutinar o investimento privado, consolidando um crescimento do PIB mais intenso e continuado.

2 O Estado e o cumprimento das leis do trabalho

A explicação para o crescimento do emprego formal está relacionada fundamentalmente à dinâmica econômica e do mercado de trabalho, como explicitado acima. Mas parte desta elevação da formalização tem relação com o papel do Estado no período recente, por meio de três instituições públicas da área do trabalho: a Fiscalização do MTE, o Ministério Público do Trabalho e a Justiça do Trabalho.

O primeiro ponto a ser destacado é a fiscalização do MTE. Observa-se uma evolução progressiva na formalização da relação de emprego sob ação fiscal, desde que o governo federal priorizou essa questão em 2000. Os números de trabalhadores registrados sob ação fiscal dobram entre 1999 e 2000, pulando de 249.795 para 516.548 e chegando a 746 mil em 2005. Em 1999, há uma reorganização no sistema de carreiras dos auditores fiscais do trabalho (AFT). Esse fato significou a valorização do profissional, gerando maior motivação no exercício da função. Ao mesmo tempo, adotaram-se metas de “produtividade” vinculadas à gratificação de acordo com uma pontuação definida pelo MTE.² A pontuação é dada por metas individuais e institucionais, cada uma tendo peso de 50% na gratificação do auditor fiscal. As individuais são as fiscalizações, as autuações e os resultados arrecadados por cada auditor. As institucionais são as metas estabelecidas para o conjunto da fiscalização no Brasil, correspondente a um número de formalizações sob ação fiscal e um valor arrecadado de FGTS. O cômputo das metas é mensal. Mais recentemente,³ o MTE estabeleceu como principal critério para composição das metas o número de formalizações e o valor arrecadado ao FGTS. Em outros termos, a prioridade absoluta do sistema de fiscalização é o registro em carteira.

A contribuição da fiscalização pode ser observada tanto pelo número de registros como por seu efeito-demonstração para os agentes econômicos. No entanto, sua contribuição deve ser relativizada, pois é um número proporcionalmente pequeno, quando se observa o total de empregos com carteira gerados em cada ano. Por exemplo, em 2005 os dados do Caged/MTE mostram que foram admitidos 11,2 milhões de trabalhadores, dos quais a ação fiscal do MTE contribuiu com 746 mil. A referência para discutir a contribuição da ação fiscal não é o saldo, que foi de 1,3 milhão, mas o total de empregos registrados, pois a fiscalização localiza-se em segmentos menos estruturados, em que se combinam alta rotatividade e desrespeito à legislação do trabalho. Os empregos formalizados por ação fiscal também estão sujeitos à rotatividade característica do mercado de trabalho brasileiro.

² Disponível em: <www.sinait.org.br>.

³ Portarias n. 513 e 514/2004.

Também é necessário considerar que o sistema de fiscalização sofreu um processo de sucateamento nos anos 1990 e, apesar de algumas contratações por concurso público nos primeiros anos do século XXI, a estrutura ainda é precária e o número de auditores ainda é muito pequeno em relação ao tamanho do mercado de trabalho brasileiro. Por exemplo, o Brasil conta atualmente com cerca de 2.900 auditores fiscais do trabalho, pouco mais da metade que tinha no final dos anos 1970.⁴ A Inglaterra, com mercado menor que o brasileiro, tem 4 mil auditores. A elevação da formalização e da arrecadação do FGTS advém pela concentração da fiscalização nestas áreas, em detrimento de outras.

A ação fiscal no campo da formalização coincide com um movimento de maior de incremento da fiscalização na área previdenciária e tributária, que também reforça a formalização da relação de emprego. A formalização apresenta um efeito positivo no recolhimento das contribuições sociais, especialmente para diminuir o déficit da previdência e aumentar a arrecadação fiscal do governo federal, numa época de opção política por elevados superávits primários. Além disso, contribui para apresentar à sociedade estatísticas mais favoráveis de criação de empregos, em um contexto de política econômica restritiva e ortodoxa.

A despeito do crescente registro sob ação fiscal, o nível de descumprimento da legislação é muito grande, inclusive com um contingente expressivo de trabalhadores sem registro em carteira e de contratações que burlam a legislação vigente, tais como estágio, contrato temporário, cooperativas de mão-de-obra e contrato pessoa jurídica (PJ).

O segundo ponto a ser destacada é a ação do Ministério Público do Trabalho (MPT). Este, em diversas regiões do país, também tem o papel de combater a fraude trabalhista, contribuindo para formalizar a relação de emprego. A sua ação, que é complementar à fiscalização e tende a ser acompanhada por entidades sindicais, combate as “falsas” cooperativas de mão-de-obra (cooperagos), certas formas de terceirização, a do trabalhador como pessoa jurídica (PJtização), o trabalho estágio etc. Geralmente, são formas que mascaram a relação de emprego. Não há estatísticas para aferir a sua contribuição, mas pode-se citar um exemplo que evidencia a sua importância. No interior do Estado de São Paulo, cresceu a formalização dos trabalhadores rurais nas lavouras de cana-de-açúcar e da laranja, com uma importante contribuição do MPT, junto com organizações sindicais e da Justiça do Trabalho, caracterizando as cooperativas como fraudulentas e exigindo o vínculo de emprego (Gimenez; Biavaschi; Krein, 2002).

O terceiro ponto a destacar é o papel da Justiça do Trabalho. No período recente, consolidou-se uma jurisprudência que responsabiliza, subsidiariamente, a empresa tomadora de serviços terceirizados. A legislação que permite a terceirização das atividades de uma empresa data da década de 1970. Mas foi a partir de 1994, no contexto descrito acima, que a terceirização tornou-se um recurso utilizado com maior intensidade pelas empresas, crescendo em praticamente todos os setores.⁵ Em geral, ela faz parte de um processo maior de flexibilização das relações de trabalho⁶ que, geralmente, traduz-se em maior precariedade do trabalho.⁷

⁴ No final da década de 1970 havia em torno de 5 mil fiscais.

⁵ Apesar da legislação atual não permitir a contratação de empresas terceiras para atividades fins da empresa, conforme enunciado 331 do Tribunal Superior do Trabalho e a Portaria 3/98 do Ministério do Trabalho. Para tais trabalhos é liberada apenas a contratação temporária, recurso também muito utilizado e que junto a outros fatores, imprime no mercado de trabalho brasileiro uma forte rotatividade da mão-de-obra (Lopes, 2004).

⁶ Flexibilização significa reduzir o espaço de regulação pública da relação da empresa e fortalecer a perspectiva da regulação privada, ou seja, que as regras sejam determinadas no âmbito da empresa sem grande intervenção do Estado e dos sindicatos.

⁷ Segundo estudo do DIEESE com quarenta empresas do ABC, os trabalhadores terceirizados, em 72,5% dos casos, têm benefícios sociais inferiores aos concedidos pela empresa cliente; e, em 67,5%, níveis salariais mais baixos. Além disso, as condições de trabalho são mais precárias no que se refere à saúde e segurança, quanto à duração da jornada, freqüentemente mais extensa (DIEESE, 1999, p. 37). Assim, ela significou, em geral, uma precarização do trabalho, com menor número de benefícios, piores salários e condições de trabalho.

Apesar de ser a forma de contratação flexível predominante (MTE, 2006), a terceirização indiscriminada também gerou contra-reação por parte de setores de instituições públicas, tais como a Fiscalização, o MPT e a Justiça do Trabalho. Particularmente, no âmbito da Justiça do Trabalho consolidou-se uma jurisprudência em que prevalece a **responsabilidade subsidiária** entre o tomador e a contratada em relação ao cumprimento da legislação trabalhista, por meio da resolução 96/2000 do TST, apesar de não eliminar a forte controvérsia jurídica sobre a regulação do tema no Brasil. A terceirização da prestação de serviços, quando regularmente configurada, embora afaste a possibilidade da formação de vínculo de emprego dos trabalhadores envolvidos com o tomador, não exime de responsabilidade o tomador, consideradas as obrigações sociais a cargo do legítimo empregador. A Justiça do Trabalho vem entendendo que, quando a pessoa jurídica de direito público contrata empresa prestadora de serviços, torna-se subsidiariamente responsável perante os empregados desta, pelos respectivos créditos trabalhistas⁸.

Diante do posicionamento da Justiça do Trabalho vê-se a política de muitas empresas, especialmente das grandes e dos órgãos públicos, que exigem o cumprimento da legislação trabalhista básica das prestadoras de serviço, assim como os demais débitos previdenciários e fiscais. Por exemplo, tal fenômeno, entre outras razões, fez com que surgisse uma Associação Brasileira de Terceirização⁹, que se propõe a acompanhar e expedir um certificado às terceirizadas sobre sua regulamentação legal, como garantia de segurança ao tomador do serviço. O certificado, basicamente, refere-se ao cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e fiscal. Outro exemplo é a prática identificada em pesquisa sobre relações de trabalho em *shopping centers* de Campinas (Nogueira Jr., 2005), em que a administração faz um acompanhamento sobre o cumprimento da legislação trabalhista das lojas e empresas localizadas em seu interior, como forma de fugir de possíveis passivos trabalhistas futuros. O mesmo procedimento está sendo adotado por inúmeras empresas da construção civil, que já não contratam diretamente os seus operários, mas tendem a repassar parte da obra a uma infinidade de outras empresas especializadas em cada etapa ou acabamento da construção. Assim, há exemplos em que a empresa tomadora só libera o valor integral do contratado depois da apresentação da certidão negativa dos débitos previdenciários e da regulação do vínculo de emprego. Além disso, pode-se citar que o índice de formalização de setores tipicamente terceirizados, tais como vigilância e asseio e conservação, está bastante acima do mercado geral de trabalho. Segundo pesquisa de Ikeda (2005), no setor da vigilância ele se aproxima de 90%.

Apesar de não ser possível dimensionar estatisticamente o peso dessa jurisprudência no processo de formalização, pode-se afirmar que ela apresenta uma importante contribuição ao induzir os agentes econômicos a uma mudança de comportamento. Na mesma perspectiva, Cardoso (2003) mostra, em estudo sobre as demandas trabalhistas apresentadas às varas do trabalho no Rio de Janeiro, que cresceu, a partir de 1997, nas reclamationárias, o pedido de reconhecimento do registro em carteira, chegando a aparecer em 28,5% do total das demandas, em 2001.¹⁰ Fato que revela uma crescente pressão da sociedade, especialmente por meio de suas entidades de classe, pela formalização. Em outros termos, com o envelhecimento da sociedade e com o grau de insegurança predominante no mercado de trabalho, num contexto pouco mais favorável, a sociedade tende a pressionar para ter acesso aos direitos previdenciários.

A atuação das instituições públicas, acima discutidas, não gera postos de trabalho. Mas evidencia que o Estado pode ter um papel importante na fiscalização e no efetivo cumprimento da legislação, melhorando a qualidade dos postos de trabalho gerados na economia. Nesse sentido, apesar da tendência

⁸ Dispunha o Enunciado 331/TST, em sua redação original, que o "*inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços*" (*sic*).

⁹ "Disponível em: <www.abte.com.br>.

¹⁰ A pesquisa também mostra que há uma queda das demandas salariais e crescem as vinculadas à rescisão do contrato de trabalho.

de flexibilização das relações de trabalho e a relativa desestruturação do sistema de fiscalização, iniciativas institucionais contribuem efetivamente para a formalização do emprego no contexto econômico descrito na primeira parte do presente artigo. O que nos leva a concluir que se forem aprimorados os mecanismos de fiscalização e de uma presença mais ativa do Estado (incluindo a Justiça do Trabalho e o MPT), dentro de um contexto de crescimento sustentado da economia é possível melhorar o perfil do mercado de trabalho brasileiro.

Em síntese, a mudança observada no mercado de trabalho após a desvalorização cambial de 1999 contribuiu para reverter a baixa elasticidade emprego da década de 1990, que refletiu um momento muito peculiar de transição, em que a reestruturação de uma economia que ficou defasada nos anos 1980 significou uma expressiva eliminação de empregos. Ademais, a recuperação da ocupação e do emprego tem sido beneficiada pelo desempenho do comércio mundial que estimulou excepcionalmente as exportações do país. Considerando-se que o movimento de reestruturação mais intenso tenha ocorrido, pode-se dizer que não houve no período analisado a destruição de empregos nas empresas como ocorreu nos anos 1990. Com isso, voltou a crescer o emprego nos estabelecimentos de grande porte. Ao mesmo tempo, o crescimento do emprego formal foi reforçado pela elevação do emprego com carteira em estabelecimentos de pequeno porte, sugerindo a presença de um novo posicionamento do poder público sobre cumprimento das leis do trabalho. Ambiente que favoreceu e foi favorecido pela atuação das instituições públicas presentes no mundo do trabalho. Portanto, a questão apresenta duas dimensões distintas: 1) a elevação das ocupações está vinculada à dinâmica da economia e; 2) a luta pela melhoria dos postos de trabalho gerados, garantindo aos seus ocupantes os direitos trabalhistas e previdenciários, tem relação com o papel do Estado e dos sindicatos na regulação do mercado de trabalho.

Referências bibliográficas

- BALTAR, P. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 90. In: PRONI, Marcelo; WILNES, Henrique (Org.). *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Unesp / Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2003.
- CARDOSO, A. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo: DIEESE, 2001.
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. *O comportamento das negociações coletivas de trabalho nos anos 90: 1993-1996*. São Paulo: DIEESE, 1999. (Pesquisa DIEESE, n.15).
- GIMENEZ, D. M.; BIAVASCHI, M.; KREIN, J. D. As cooperativas de mão-de-obra e os Tribunais Regionais do Trabalho. *Revista Trabalhista* (Anamatra), Rio de Janeiro: Forense, v. II, p. 67-89, abr./maio/jun. 2002.
- IKEDA, C. *Terceirização e sindicalismo: o setor de segurança no Estado de São Paulo*. Relatório de pesquisa: Mercado de Trabalho e Modernização no Setor Terciário Brasileiro – projeto de pesquisa e formação técnica DIEESE/CESIT. Campinas: Cesit/DIEESE/CNPq, 2005.
- MARCANTE, C. *A responsabilidade subsidiária do Estado pelos encargos trabalhistas decorrentes da contratação de serviços terceirização*. 2005. Disponível em <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=6209&p=2>>. Acesso em 20 jul. 2005.
- MATTOSO, J.; BALTAR, P. Estrutura econômica e emprego no Brasil: a experiência recente. In: VELLOSO, J. P. R. *Brasil: desafios de um país em transformação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997. p. 293-314.
- NOGUEIRA JR., A. *A dinâmica das relações de trabalho no segmento shopping centers do setor de comércio de Campinas*. Relatório de pesquisa: Mercado de Trabalho e Modernização no Setor Terciário Brasileiro – projeto de pesquisa e formação técnica DIEESE/CESIT. Campinas: Cesit/Dieese/CNPq, 2005.
- POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999.

**ENFIM, ESPERANÇA DE RÉQUIEM
PARA A TESE DA “INEMPREGABILIDADE”¹**

*Claudio Salvadori Dedecca*²

*Eliane Navarro Rosandiski*³

O comportamento da economia brasileira sob a égide do Plano Real e do governo Lula apresentaram diferenças que merecem análise e que podem ser reveladas pelos diversos indicadores de desempenho do Produto Interno Bruto.

A comparação do desempenho em ambos os períodos mostra evoluções médias do PIB ao redor de 2,6% a.a. Analisando-se o desempenho dos diversos setores, observa-se maior crescimento no último período para a agricultura, indústria de transformação, comércio e transporte; e no primeiro período, para extração mineral, construção civil, serviços de utilidade pública e comunicações.⁴ Por outro lado, o consumo interno tem apresentado menor crescimento no período recente, enquanto as exportações crescem mais acentuadamente no momento atual e as importações apresentaram maior incremento no período de 1995-1998.

São evidentes a perda de importância das importações e o maior peso das exportações para o desempenho do produto, sinalizando a maior relevância da produção interna no contexto econômico atual. Ademais, as Contas Nacionais revelam que uma recuperação do consumo interno terá efeitos positivos sobre o crescimento da economia. Isto é, a mudança da política monetária causará efeitos favoráveis sobre o consumo interno, devendo estimular a recomposição da atividade econômica nos vários setores de atividade.

As características que diferenciam a recuperação atual daquela observada durante o Plano Real encontram-se na raiz da determinação do crescimento do produto com recomposição ponderável do emprego formal. Em 1995-98, as importações provocaram a redução da produção ou uma modernização a qualquer custo, com conseqüências fortemente negativas sobre o emprego formal. Entre 2003-05, o superávit comercial externo tem alimentado positivamente a atividade interna, favorecendo a produtividade sem gerar um processo de sucateamento perverso de mão-de-obra, como o ocorrido no primeiro período.

A recomposição atual da atividade produtiva tem produzido efeitos positivos sobre o mercado de trabalho, que poderiam ser amplificados se fosse superada a obsessão monetarista da política econômica e fortalecidos seus instrumentos em favor do crescimento e desenvolvimento. Esta é a maior contradição da política do atual Governo, que busca fomentar o crescimento e o emprego e, ao mesmo tempo, reitera os instrumentos de política econômica que freiam sistematicamente o processo, colocando em risco a continuidade do movimento de recuperação econômica. É lamentável que o Governo tenha-se tornado prisioneiro de uma política econômica que impede à economia brasileira aproveitar adequadamente os

¹ A versão integral deste ensaio foi apresentada no Seminário de Análise dos Resultados da PNAD 2004, em 11 e 12 de abril de 2006, Brasília, realizado conjuntamente pela Assessoria Especial da Presidência da República, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Social e Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.

² Professor do Instituto de Economia da Unicamp.

³ Professora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

⁴ Segundo o Sistema de Contas Nacionais de 2003, produzido pelo IBGE, as participações dos setores no Produto Interno Bruto a preços de mercado eram: Agropecuária, 3,2%; Extrativa Mineral, 4,0%; Indústria de Transformação, 21,8%; Construção Civil, 7,2%; Serviços de Utilidade Pública, 3,4%; Comércio, 7,7%; Transporte, 2,5; e Comunicações, 3,2%.

ventos favoráveis do comércio internacional, mas também o restabelecimento de uma relação virtuosa entre crescimento e emprego, que poderia ser transbordada para a renda.

Não cabe neste ensaio explorar as possibilidades de crescimento favorecidas pela expansão internacional, que, pela primeira vez desde os anos 60, tem sido caracterizada por um movimento generalizado de expansão tanto das economias desenvolvidas como em desenvolvimento.

O comportamento da ocupação segundo setores de atividade econômica

A análise dos resultados tabulados revela uma variação bastante mais acentuada da ocupação no período 2002-04, movimento que ocorre em vários setores da atividade econômica. Enquanto os setores agrícola e da indústria de transformação conheceram variações acumuladas da ocupação da ordem de -10,0% e -3,6% entre 1995-98, nota-se que eles apresentaram incrementos das oportunidades de trabalho, de 1,6% entre 2002 e 2004, e de 10,1% entre 2002 e 2004. Neste último período, somente a indústria da construção apresentou variação negativa. Mesmo os setores que apresentaram um incremento mais acentuado da ocupação entre 1995 e 1998, mostraram dinamismo no período recente (Gráfico 1 e Tabela 1).

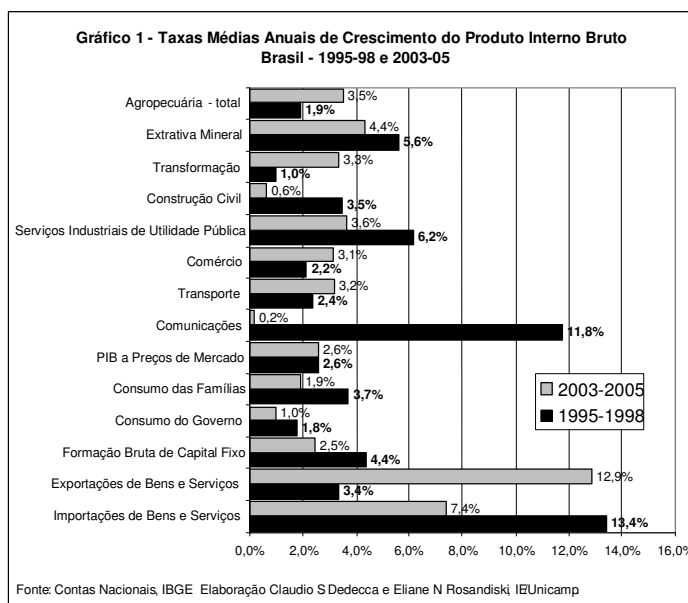


Tabela 1
Variação Total da Ocupação segundo Setores de Atividade Econômica Brasil, 1995/1998/2002/2004

	1995-98		2002-04
Agrícola	-10,0%	Agrícola	1,6%
Outras atividades industriais	0,5%	Outras atividades industriais	18,4%
Indústria de transformação	-3,6%	Indústria de transformação	10,1%
Indústria da construção	17,8%	Indústria da construção	-3,9%
Comércio de mercadorias	3,7%	Comércio e reparação	8,5%
		Alojamento e Alimentação	3,7%
Prestação de serviços	2,6%		
Serviços auxiliares da atividade econômica	18,7%		
Transporte e comunicação social	9,7%	Transporte e comunicação social	5,7%
Administração pública	11,3%	Administração pública	9,0%
		Serviços sociais	5,3%
Serviço doméstico	-1,9%	Serviço doméstico	6,1%
		Outros serviços	12,0%
Outras atividades, atividades mal definidas ou não declarada	-0,3%	Outras atividades mal definidas ou não declaradas	10,1%
Total	1,2%	Total	6,2%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, IBGE, 1995,1998,2002 e 2004.

São claros os sinais de relação positiva entre recuperação econômica e recomposição do mercado de trabalho, que, por consequência, desfazem o mito da impossibilidade de o país restabelecer capacidade de crescimento e de geração ponderável de novas ocupações. Refuta-se inclusive um dos pilares da tese da “inempregabilidade” defendida pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, que argumentava sobre a inevitabilidade do enxugamento brusco da ocupação industrial pela modernização tecnológica da economia globalizada.

A recuperação atual do emprego industrial se realiza em um contexto de respeitável capacidade da indústria, para exportar. Portanto, parece não ser impossível ter capacidade competitiva na indústria e gerar novas oportunidades de emprego. Esta tese já havia sido comprovada por alguns países em

desenvolvimento, como Coréia e Malásia, enquanto o Governo brasileiro considerava normal a destruição selvagem do emprego formal no setor industrial.

A retomada econômica tem sido capaz de estancar inclusive a queda da ocupação nas atividades agrícolas. Quanto aos setores com baixo desempenho em termos de geração de novos postos de trabalho, percebe-se que são aqueles dependentes do mercado interno, como alguns dos segmentos de serviços, da política habitacional ou de infra-estrutura, como a Construção Civil, ou das políticas públicas, como administração pública e serviços sociais.

É possível argumentar a favor de um movimento mais ou menos generalizado de criação de novos postos de trabalhos nos diversos setores da atividade econômica, respaldando a tese que este movimento depende da dinâmica da produção de bens e serviços no espaço nacional, mesmo que seu destino seja o mercado externo.

O perfil da evolução da ocupação formal

Uma dimensão surpreendente da recuperação econômica no período recente tem sido sua capacidade para recompor o mercado formal de trabalho. Este movimento contraria a visão apocalíptica sobre a desapareição do mercado formal de trabalho amplamente veiculada nos anos 90 e utilizada como argumento para justificar uma suposta naturalidade do crescimento do desemprego no período. Ademais, a recuperação do mercado formal de trabalho também contraria os argumentos daqueles que, na década de 90 e, mesmo, ainda nos dias de hoje, reputam os problemas de emprego à regulação pública do mercado e das relações de trabalho.

A cantilena da globalização e da reforma trabalhista como determinantes do agravamento dos problemas de emprego nos anos 90 é desmistificada pelo movimento solidário entre recuperação econômica e geração de empregos formais no momento presente. Vale a pena comparar o perfil da evolução da ocupação entre os períodos 1995-1998 e 2002-2004 com o objetivo de apreender as tendências atuais do mercado nacional de trabalho (Tabela 2).

Tabela 2
Variação Total da Ocupação segundo Posição na Ocupação
Brasil, 1995/1998/2002/2004

	Distribuição da Variação Absoluta da Ocupação	
	1995-98	2002-04
Empregados com carteira	19,3	69,1
Empregados sem carteira	127,9	15,1
Conta-própria com previdência	-30,9	5,2
Conta-própria sem previdência	85,1	8,2
Empregadores com previdência	-8,1	3,1
Empregadores sem previdência	23,9	-0,7
Trabalho Doméstico com carteira	32,9	2,3
Trabalho Doméstico sem carteira	-45,9	5,8
Trabalhadores não-remunerados (mais de 15 horas)	-104,1	-8,1
Total	100,0	100,0

Fonte: IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (PNAD), 1995, 1998, 2002 e 2004.
Microdados. Elaboração própria

Além de uma geração mais ponderável de novas oportunidades ocupacionais, já mencionada anteriormente, a recuperação atual se distingue ainda da anterior em relação à capacidade de geração de oportunidades vinculadas ao mercado formal de trabalho.

Neste ensaio, adota-se a evolução da ocupação com contribuição para previdência como indicador do comportamento do mercado formal de trabalho.

A comparação dos dois períodos revela comportamentos completamente distintos da geração de novas oportunidades de ocupação. Entre 1995-1998, 752 mil postos de trabalho foram criados, contra 4,5 milhões entre 2002-2004.

A análise do perfil da geração de empregos revela uma clara discrepância entre os dois períodos. Enquanto o crescimento do emprego sem contribuição dominou a geração de postos de trabalho caracterizados por esta relação de trabalho entre 1995 e 1998, nota-se que a criação de emprego com contribuição caracteriza o período atual. Esta tendência é encontrada para as posições na ocupação de conta-própria e empregadores, não sendo observada para o trabalho doméstico.

A elasticidade produto-emprego não somente é mais acentuada na recuperação atual, como tem efeitos mais positivos para a formalização dos contratos de trabalho.

Os dados da PNAD revelam ainda que a geração de empregos formais vem ocorrendo em estabelecimentos com alguma estruturação produtiva e administrativa. Do total dos empregos criados entre 2002 e 2004, 75% foram gerados em estabelecimentos com onze ou mais empregados e 67% nestes estabelecimentos e com contribuição para a previdência. Isto é, 2/3 dos empregos criados apresentavam contribuição para a previdência e foram em estabelecimentos mais bem estruturados. A geração de empregos encontrou, portanto, menos espaço nos estabelecimentos de micro e pequeno porte (Tabela 3).

Tabela 3
Distribuição da Variação Total do Emprego segundo Tamanho de Estabelecimento
Brasil, 2002/2004

	Número de Pessoas Ocupadas no Empreendimento				Total
	Duas	Três a cinco	Seis a dez	Onze ou mais	
Empregados com carteira	0,2	5,6	10,3	67,2	83,2
Empregados sem carteira	-1,1	6,4	3,6	8,2	16,9
Total	-0,9	12,1	13,9	75,4	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, IBGE, 2002 e 2004. Microdados.
Elaboração Própria

O processo de criação de novas ocupações foi seletivo, pois nota-se um comportamento desfavorável da ocupação para a população com até o 1º Grau Incompleto (Tabela 4).

Mesmo nas formas de trabalho consideradas de menor qualificação, em geral, como o trabalho por conta-própria e o doméstico, ambos sem contribuição para a previdência, constata-se que o incremento da ocupação ocorreu para pessoas com, ao menos, o primeiro grau completo.

A recuperação do nível de ocupação tem excluído os trabalhadores de menor qualificação, os quais tendem a ser mais afetados pela situação de desemprego. Portanto, o aumento do nível de ocupação tende a não privilegiar aqueles que mais necessitam superar a condição de desemprego.

Tabela 4
Distribuição da Variação Total da Ocupação segundo Posição na Ocupação e Escolaridade
Brasil, 2002/2004

	Sem instrução ou menos de 1 ano	1 ^a incompleto	1 ^o completo	2 ^o completo	Superior	Total
Empregados com carteira	-0,1	-1,4	5,9	41,8	21,3	67,4
Empregados sem carteira	-3,7	-2,2	3,3	12,6	5,1	15,1
Conta-própria com previdência	0,3	-0,9	0,5	3,0	2,0	5,0
Conta-própria sem previdência	-1,8	-5,1	3,0	11,3	0,7	8,1
Empregadores com previdência	0,1	0,3	0,1	0,7	1,9	3,1
Empregadores sem previdência	0,2	0,1	-0,5	0,1	-0,6	-0,7
Domésticos com carteira	0,0	-0,3	0,7	1,9	0,0	2,3
Domésticos sem carteira	-0,1	-1,6	2,2	5,2	0,1	5,8
Trabalhadores não-remunerados (mais de 15 horas)	-1,3	-7,4	1,3	1,6	-0,3	-6,1
Total	-6,4	-18,6	16,4	78,2	30,3	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, IBGE, 2002 e 2004. Microdados. Elaboração Própria

É inegável que o aumento da ocupação para as pessoas de maior escolaridade afeta positivamente o perfil da oferta de trabalho, alteração que pode favorecer a maior eficiência da atividade econômica, desde que os estabelecimentos públicos ou privados estejam realizando mudanças em suas estruturas produtivas e em seus processos de trabalho que favoreçam um processo de absorção real, e não formal, da maior escolaridade.

A dificuldade que este movimento pode engendrar é a exclusão dos trabalhadores de menor escolaridade dos segmentos econômicos mais dinâmicos. Neste sentido, certas políticas públicas, como a de desenvolvimento de infra-estrutura e habitacional, podem constituir-se em instrumentos indutores importantes para geração de oportunidades para os trabalhadores de menor qualificação; e o sistema público de emprego pode atuar sobre estas ocupações, para elevar a qualificação daqueles que as ocupam.

É preciso, portanto, que a recuperação do mercado de trabalho seja acompanhada de políticas de setoriais e de qualificação, para que se estabeleça uma relação virtuosa entre escolaridade, processo produtivo e qualificação.

Analisando a distribuição da variação total da ocupação segundo posição na ocupação e classes de salários mínimos, percebe-se que a parcela predominante das oportunidades criadas correspondem a um nível de rendimento entre 1 e 2 salários mínimos (Tabela 5). A variação total da ocupação nesta classe de renda supera em 14% a variação total da ocupação. Isto é, o volume de oportunidades criado nesta classe de renda compensou o processo de queda do nível de ocupação em alguma outra classe de renda.

Dentre as ocupações criadas na faixa de rendimento de 1 a menos de 2 salários mínimos, nota-se que parcela preponderante foi de empregados com carteira de trabalho assinada. Percebe-se que a recomposição do mercado formal ocorre de forma a reiterar a tendência de concentração da estrutura ocupacional nos baixos rendimentos. Não há, até o presente momento, sinais de elevação do perfil de renda do mercado de trabalho.

Tabela 5
Distribuição da Variação Total da Ocupação segundo Posição na Ocupação e Classes de Rendimentos
Brasil, 2002/2004

	Classes de Rendimento do Trabalho Principal em Salários Mínimos								Total
	Menos de 1	De 1 a Menos de 2	De 2 a Menos de 3	De 3 a Menos de 5	De 5 a Menos de 7	De 7 a Menos de 10	De 10 ou mais	Não Declarada	
Empregados com carteira	-1,0	86,1	-7,0	3,2	-5,8	0,1	-10,6	3,3	68,3
Empregados sem carteira	21,3	11,3	-11,3	-2,1	-2,7	0,0	-2,3	0,7	15,0
Conta-própria com previdência	1,6	4,1	-1,8	2,8	-1,8	1,3	-2,3	1,2	5,1
Conta-própria sem previdência	24,5	7,1	-16,2	0,0	-3,8	-0,5	-3,6	0,7	8,1
Empregadores com previdência	0,2	1,2	-0,4	3,5	-1,4	3,5	-3,9	0,3	3,1
Empregadores sem previdência	1,2	1,9	-1,4	1,3	-1,5	0,7	-2,7	-0,1	-0,6
Domésticos com carteira	-0,6	5,4	-2,0	-0,5	-0,2	0,0	0,0	0,0	2,2
Domésticos sem carteira	10,3	-2,2	-1,8	-0,6	0,0	0,0	0,0	0,1	5,7
Total	50,6	114,9	-41,8	7,5	-17,2	5,1	-25,4	6,2	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, IBGE, 2002 e 2004. Microdados.

É possível argumentar que uma evolução mais favorável da renda, em um contexto de elevada capacidade de geração de novos postos formais de trabalho, depende de uma taxa mais elevada de crescimento da economia, que garanta uma trajetória mais expressiva de aumento da produtividade média da economia.

Algumas observações finais

É inegável haver uma grande diferença da recuperação econômica atual quanto à geração de novas oportunidades de trabalho, comparativamente ao observado durante os anos de auge do Plano Real.

A recuperação presente mostra ser possível carregar simultaneamente elevações do produto e da ocupação, em especial do emprego formal. É refutada, na prática, a tese da “inempregabilidade”, bem como é reafirmada a importância do crescimento fundado na produção e no consumo internos.

Felizmente, parece que o país está superando a tese referente ao fatalismo do desemprego e da destruição do mercado formal de trabalho, mostrando ser possível que o crescimento articulado às políticas setoriais e sociais favoreçam novamente o dinamismo do mercado nacional de trabalho.

Os dados da PNAD 2004 revelam uma geração ponderável de postos de trabalho com contribuição previdenciária. Algumas características marcam este movimento, tendo sido algumas delas analisadas neste ensaio. A primeira remete-se à predominância dos empregos com contribuição no total dos postos de trabalho criados. A segunda refere-se ao papel relevante da indústria na geração de novas oportunidades de trabalho. A terceira vincula-se ao fato de uma razoável concentração dos postos gerados nos estabelecimentos de porte mais significativos. A quarta mostra que boa parte das oportunidades criadas exigiu, ao menos, o primeiro grau completo, sendo expressiva a criação de postos para pessoas com o 2º Grau completo e Superior. Finalmente, que os postos gerados, predominantemente, foram de remuneração entre 1 e 2 salários mínimos.

A particularidade da recomposição do mercado de trabalho no presente, comparativamente ao observado no Plano Real, diz respeito às características da recuperação econômica, que tem estimulado, a partir das exportações, a atividade produtiva interna, com impacto limitado, até o presente momento, sobre as importações.

A aceleração do crescimento, alimentada por uma dinamização do mercado consumidor interno, poderá reduzir seu grau relativo de dependência do comportamento dos mercados internacionais e ampliar seus efeitos positivos sobre a geração de novos postos de trabalho.

É fundamental, entretanto, que neste movimento sejam adotadas políticas setoriais que favoreçam a geração de novas oportunidades para as pessoas com baixo nível de escolaridade, como o estímulo à atividade da construção civil.

Também, é fundamental que se restabeleça uma trajetória de crescimento da produtividade que não comprometa a geração de novos postos de trabalho e que viabilize o crescimento dos níveis de rendimentos. Para tanto, é decisiva a elevação da taxa de crescimento da economia, pois somente deste modo tal premissa terá possibilidade de ser contemplada.

À guisa de conclusão, pode-se afirmar que a continuidade da atual trajetória de recomposição do mercado de trabalho depende da aceleração do crescimento, seja para manter elevada a geração de novos postos de trabalho, seja para melhor apropriar a progressiva mudança do perfil educacional da mão-de-obra, seja para permitir a elevação dos níveis de rendimentos da estrutura ocupacional.

QUALIDADE DAS OCUPAÇÕES NO BRASIL

Marcio Pochmann¹

Nos últimos 25 anos, o conjunto da economia brasileira tem passado por importantes transformações, cujos efeitos nem sempre são observados na sua totalidade por estudiosos e o público em geral. Especialmente em relação ao comportamento geral do mercado de trabalho, constatam-se a diversidade de análises e interpretações discrepantes num ambiente macroeconômico marcado pela semi-estagnação da renda *per capita*. Exemplo disso pode ser encontrado no tema referente ao trabalho no setor industrial, uma vez que parcela significativa dos estudos sobre o uso da mão-de-obra aponta para o esgotamento da capacidade de o setor manufaturado continuar elevando o seu nível ocupacional.

Em resumo, muitos analistas identificaram que a indústria estaria condenada a conviver com níveis de emprego decrescentes em termos relativos, quando não absolutos. De certa forma, o que ocorreu durante a década de 1990 – fruto de uma combinação perversa entre a profunda recessão econômica do governo Collor (1990/92) e as aberturas comerciais e financeiras, abruptas, indiscriminadas, acompanhadas da valorização cambial e das altas taxas de juros – terminou induzindo grande parte dos analistas e o público em geral a acreditar na hipótese do emprego finito e diminuto no setor industrial.²

Na década de 1990, por exemplo, o nível de emprego na indústria de transformação decaiu 27%, deixando de representar 15,9% do total da ocupação, em 1989, para significar apenas 11,6%, em 1999. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por intermédio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o Brasil perdeu 1,4 milhão de postos de trabalho na industrial de transformação nesse mesmo período de tempo.

Na realidade, poucos estudiosos atentaram para as oportunidades abertas pelo emprego industrial a partir da constituição de uma nova Divisão Internacional do Trabalho³. Ao contrário do que se verificou em vários países que registraram perdas relativas no total do emprego industrial, percebe-se, com base nas informações da Organização Internacional do Trabalho, que não houve diminuição no total dos postos de trabalho no setor manufatureiro, o que significa dizer que há nações que aumentam em termos absolutos e relativos a ocupação no setor secundário da economia.

O Brasil, não obstante o constrangimento imposto pela política neoliberal, vem registrando desde 1999, sobretudo com a mudança no regime cambial e a expansão do comércio mundial, um importante movimento de recuperação do nível das ocupações no setor industrial⁴. Em 2004, por exemplo, o volume de emprego na indústria de transformação representou 14% do total da ocupação brasileira, com um crescimento de 20,7% no nível de ocupação na indústria de manufatura. Somente entre 1999 e 2004, segundo IBGE/PNAD, foram gerados 3,3 milhões novas ocupações no setor manufatureiro.

Mesmo apresentando um ritmo de crescimento econômico médio anual bem inferior ao verificado no conjunto da economia mundial, o comportamento geral do mercado de trabalho vem dando sinais de uma

¹ Professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas.

² Para maiores detalhes sobre essa visão ver: Alban (1999); Camargo; Néri e Reis (2000); Moreira e Najberg (1999).

³ Ver mais em: Mattoso (1996); Baltar e Henrique (1994); Pochmann (1998).

⁴ Sobre a relação do comércio internacional com o comportamento da economia nacional e o emprego ver: Gonçalves (2000); Pochmann (2001).

certa interrupção na trajetória consolidada nos vinte anos passados de forte contenção do nível da ocupação industrial e precarização generalizada dos postos de trabalho. Deve ser ressaltado, contudo, que a constituição de um novo modelo econômico desde 1990 no Brasil tem sido sucedida por três distintos comportamentos no conjunto das atividades produtivas. Todos eles, no entanto, terminaram resultando em diferentes impactos sobre o nível geral do emprego nacional.

O primeiro comportamento verificou-se entre os anos de 1990 e 1992, quando predominou a recessão econômica, a produção nacional caiu 3,9%, o emprego assalariado formal diminuiu em 8,4% e a taxa de desemprego subiu 130%.⁵ Nesse momento, não houve apenas a redução da produção interna, mas o aparecimento de maior quantidade de produtos importados, como fruto da abertura comercial que recompôs parte interna da oferta de bens e serviços.

O segundo comportamento se deu entre os anos de 1993 e 1997, quando a recuperação econômica foi responsável pelo aumento da produção doméstica em 23,4%, enquanto o emprego assalariado formal foi reduzido em 1,4% e a taxa de desemprego cresceu 18,5%. Convém destacar que a expansão da economia nesse mesmo período de tempo foi estimulada pela forte ampliação das importações, do investimento externo e do endividamento interno e externo, o que terminou elevando o consumo, sem garantir as condições suficientes para a sustentação contínua do aumento da produção interna, nem mesmo para motivar a geração de ocupação em volume suficiente para diminuir a taxa de desemprego.

Ademais, com a desaceleração nas atividades econômicas entre 1998 e 1999, houve a queda da produção em 1,6% e do emprego formal em 3,1%, bem como a elevação na taxa de desemprego em 45%. Assim, a partir de janeiro de 1999, com a mudança no regime cambial e a subsequente desvalorização do real, o nível do emprego voltou a registrar um movimento menos desfavorável ao trabalhador, marcando, então, o terceiro comportamento distinto no Brasil.

Entre 2000 e 2004, por exemplo, houve a ampliação do saldo comercial – ainda que acompanhada por baixa expansão da produção nacional –, permitindo a recuperação do nível geral de emprego. Em síntese, esse terceiro momento vem sendo acompanhado pela ampliação quantitativa das ocupações, especialmente dos empregos assalariados formais, após quase uma década de decréscimo na geração de empregos com carteira assinada.

Além disso, percebe-se também que, apesar do avanço da ocupação, permaneceram ainda tanto uma elevada taxa de desemprego como uma baixa qualidade nos postos de trabalho gerados. No caso da força de trabalho sem ocupação, verifica-se que a taxa de desemprego aumentou levemente (1,04%) no período mais recente, passando de 9,6% da População Economicamente Ativa, em 1999, para 9,7%, em 2004. Em termos absolutos, houve um acréscimo de um milhão de novos desempregados nesse mesmo período de tempo.

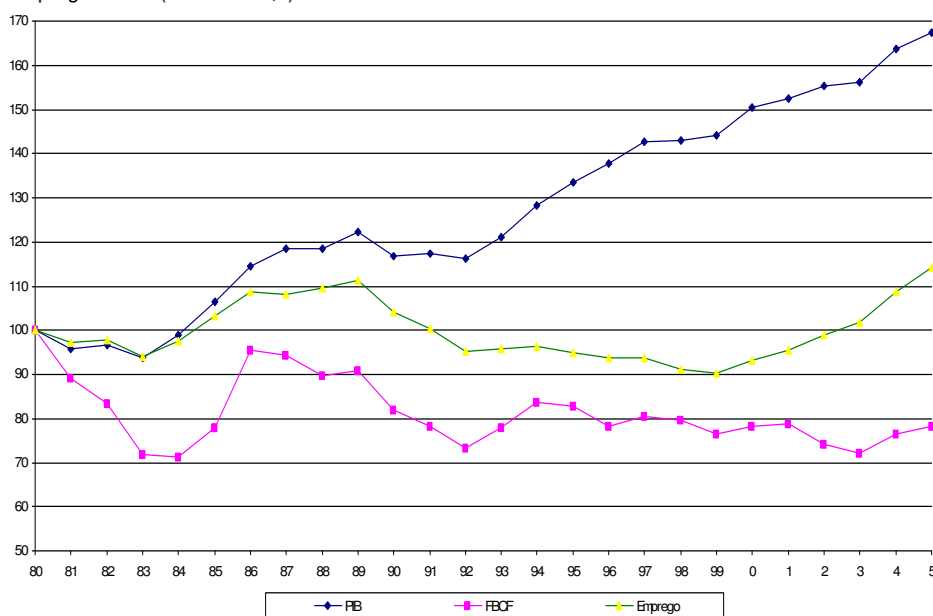
Por outro lado, em relação à precarização dos postos de trabalho, considerando-se tão somente o nível de remuneração pago aos novos ocupados, percebe-se imediatamente a reprodução dos baixos rendimentos no país. Em 2004, por exemplo, 38,2% dos ocupados percebiam até um salário mínimo mensal, enquanto em 1999, eram 34,2% trabalhadores que tentavam sobreviver com o valor do mínimo nacional. Noutras palavras, observa-se que, do total de postos de trabalho abertos entre 1999 e 2004, 63,7% respondiam pelo recebimento mensal de um salário mínimo.

⁵ As informações referentes ao comportamento do Produto Interno Bruto, do emprego formal e do desemprego foram sistematizadas a partir dos dados do IBGE e do Ministério do Trabalho e Emprego.

Em grande medida, a prevalência da precarização na geração dos postos de trabalho tende a estar relacionada tanto à natureza do comportamento do conjunto das atividades econômicas do país como ao perfil da reinserção externa da economia nacional.

Gráfico 1

Brasil: evolução dos índices do Produto Interno Bruto (PIB), dos investimentos (FBCF) e do emprego formal (1980 = 100,0)



Fonte: Bacen; FIBGE e MTb.

De um lado, nota-se que entre 1999 e 2004, por exemplo, a economia nacional acumulou um crescimento de 14,5% (variação média anual de 2,7% ao ano), enquanto a taxa de investimentos como proporção do Produto Interno Bruto apresentou uma importante desaceleração. Em função disso, a recuperação do nível de emprego se deu fundamentalmente por meio da ocupação da capacidade ociosa do setor produtivo, tendo em vista a ausência de expansão dos investimentos.

No contexto de elevação do emprego sem aumento dos investimentos, tende a ganhar maior ênfase a geração de postos com baixa remuneração. Muitas vezes, isso ocorre estimulado pela aceleração da própria rotatividade no trabalho, que termina sendo utilizada para substituir um posto de trabalho de maior remuneração pela contratação de maior número de empregados com ínfima remuneração.

No caso da rotatividade nacional no emprego formal, constata-se um avanço considerável de 13,6% no período recente. Em 2004, a taxa anual média de rotatividade referente ao mês de dezembro foi de 30,1%; em 2004, foi de 34,2%.

De outro lado, torna-se necessário também relacionar ainda que parte importante das novas ocupações geradas no período recente encontra-se vinculada à dinâmica do comércio externo. Inegavelmente, o atual avanço nas exportações tem-se concentrado fundamentalmente nos produtos que possuem, com um dos principais fatores de competitividade, o rebaixamento custo da mão-de-obra.

Para um crescimento acumulado de 75,1% no total das exportações brasileiras entre 2000 (US\$55,1 bilhões) e 2004 (US\$96,5 bilhões), segundo informações da Secretaria de Comércio Exterior

(MDIC), notou-se a expansão de 127% nas exportações de produto primários em contrapartida ao aumento de 61,8% nas exportações de produtos industrializados. Simultaneamente, o custo horário da mão-de-obra na produção industrial passou de 3,5 dólares por hora, em 2000, para 2,7 dólares horário em 2003, com uma queda acumulada de 22,9% no mesmo período de tempo.

Não obstante a melhora recente na geração de postos de trabalho no Brasil, constata-se a permanência de altas taxas de desemprego aberto e da elevada precarização das ocupações. O baixo ritmo de expansão da economia nacional, acompanhado de taxa reduzida de investimento, e a natureza da reinserção externa do Brasil, tornam o aumento do emprego associado, na maior parte das vezes, caracterizado pela ínfima qualidade ocupacional.

Referências bibliográficas

ALBAN, M. *Crescimento sem emprego*. Salvador: Casa da Qualidade, 1999.

BALTAR, P.; HENRIQUE, W. *Emprego e renda na crise contemporânea no Brasil*. In: OLIVEIRA, C. et al. (Org.). *O mundo do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1994.

CAMARGO, J.; NERI, M.; REIS, M. *Emprego e produtividade no Brasil na década de 1990*. In: BAUMANN, R. (Org.). *Brasil: uma década em transição*. Rio de Janeiro: Campus – CEPAL, 2000.

GONÇALVES, R. *O Brasil no comércio internacional*. São Paulo: Contexto, 2000.

MATTOSO, J. *Emprego e concorrência desregulada*. In: OLIVEIRA, C.; MATTOSO, J. (Org.). *Crise e trabalho no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1996.

MOREIRA, M.; NAJBERG, S. *O impacto da abertura comercial sobre o emprego*. In: MOREIRA, M.; GIAMBIAGI, F. (Org.). *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1998.

POCHMANN, M. *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo, 2001.

RECUPERAÇÃO DO EMPREGO FORMAL E BAIXO CRESCIMENTO: IMPACTOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO

*Anselmo Luís dos Santos*¹

Introdução

A economia brasileira vem apresentando, nos últimos sete anos, uma expressiva elevação do volume de emprego formal, fato que caracteriza uma situação surpreendente diante da manutenção de taxas médias reduzidas de crescimento do PIB. Segundo os dados da RAIS (MTE), entre 1999 e 2004, ocorreu uma geração líquida de quase 7,0 milhões de empregos formais no país. Com os dados informados pelo Caged (MTE), para os anos de 2005 e 2006, a esse saldo poderíamos acrescentar mais 1,25 milhão. Somente do início do Governo Lula até o mês de março de 2006, foram gerados cerca 3,8 milhões de novos empregos formais, montante que apresentado isoladamente parece ter um impacto expressivo em termos de melhorias do mercado de trabalho brasileiro nos últimos três anos.

Considerando que as taxas médias de crescimento econômico continuam num patamar até mesmo mais baixo do que em períodos em que o crescimento do emprego formal foi muito menor, que as taxas de desemprego mantêm-se em patamares elevados, e que ainda é expressivo o crescimento das ocupações precárias, essa maior expansão do emprego formal, que vem ocorrendo desde 1999, requer um conjunto de qualificações para que seu seus impactos sobre o mercado de trabalho brasileiro possam ser mais bem compreendidos.

O objetivo deste texto é mostrar, nas próximas seções, como o crescimento do emprego nesse período de baixo crescimento econômico, mesmo tendo maiores impactos sobre o emprego formal, não foi suficiente para promover uma significativa melhoria e estruturação do mercado de trabalho brasileiro. Na seção 1, busca-se avaliar as mudanças ocorridas no setor formal, especialmente no que se refere às mudanças na relação entre a expansão do emprego formal e o ritmo de expansão do PIB, procurando mostrar como algumas mudanças estruturais ocorridas na economia brasileira afetaram essa relação. Na seção 2, busca-se discutir a evolução do emprego formal e das remunerações geradas nesse segmento, segundo o porte das empresas, visando a identificar alguns aspectos qualitativos da expansão do emprego formal. Na seção 3, são analisados alguns impactos da expansão do emprego formal no conjunto da estrutura ocupacional brasileira, buscando comparar sua evolução com o comportamento do trabalho assalariado sem carteira, do trabalho autônomo e do emprego doméstico. Na última seção são apresentadas as considerações finais.

1 Crescimento econômico e expansão do emprego formal

Entre 1985 e 1989, a taxa média anual de crescimento do PIB foi de 4,4% e o emprego formal elevou-se a uma taxa média anual de 4,6% (RAIS/MTE). No período 1994-1998, a taxa média de crescimento do produto foi menor, de 3,2%, e a taxa média anual de expansão do emprego formal foi, proporcionalmente, muito menor, de 1,1% (RAIS/MTE). Ocorreu, portanto, uma expressiva queda na relação emprego formal/PIB, de 1,05 na segunda metade dos anos 80, para 0,34 entre 1994 e 1998.

¹ Economista, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit), do Instituto de Economia da Unicamp. E-mail: <anselmo@eco.unicamp.br>.

Neste último período, a economia brasileira passou por uma profunda abertura comercial e sobrevalorização cambial que promoveram importantes modificações produtivas e na estrutura ocupacional. A elevação das importações num ritmo superior às exportações, a desarticulação de algumas cadeias produtivas, o avanço dos processos de subcontratação e terceirização, as privatizações e os programas de demissão voluntária, além de diversas formas de intensificação do trabalho e redução do quadro de trabalhadores – inclusive com modernização tecnológica, como no setor bancário e automobilístico –, foram fatores que contribuíram para reduzir a relação entre o ritmo de expansão do emprego formal e do PIB e, aliados ao reduzido crescimento econômico, para provocar taxas recordes de desemprego no País e uma profunda desestruturação do mercado de trabalho brasileiro.

Claramente, a reversão do comportamento do emprego formal inicia-se entre 1999 e 2000, justamente quando os efeitos da desvalorização da moeda nacional começam a ter impactos mais positivos sobre a estrutura produtiva e sobre as condições de concorrência internacional. A relação emprego formal/PIB eleva-se rapidamente para 2,13, mesmo num contexto de reduzido crescimento econômico: a taxa média anual de crescimento do PIB, entre 1999 e 2003, foi de apenas 1,8%, mas o emprego formal expandiu-se a uma taxa média anual de 3,8%. Neste período, o comportamento do PIB foi um fator ainda menos importante para o crescimento do emprego formal, que cresceu em função da alteração na elasticidade emprego formal/PIB.

A melhoria na competitividade externa e a maior proteção interna representada pela desvalorização cambial, entre 1999 e 2003, promoveram a elevação das exportações num ritmo muito superior ao das importações, revertendo uma situação de déficit comercial no período 1994/1998. A queda dos rendimentos reais dos trabalhadores somou-se aos vários momentos de desvalorização cambial entre 1999-2003, reduzindo o custo do trabalho, em dólares, a níveis ainda mais baixos.

Câmbio, salários e o comportamento do mercado internacional foram fatores favoráveis para melhorar as condições de competitividade no mercado externo e nacional, aumentando as exportações num ritmo mais acelerado do que as importações, e elevando a produção interna e o nível de emprego. Após o enxugamento do emprego ocorrido no período 1994-1998, essa situação contribuiu para que a elevação da produção tivesse fortes impactos sobre a expansão do emprego com vínculos formalizados, em função do crescimento do emprego ocorrer também em setores mais estruturados, tendo aumentado na grande e média empresa – ao contrário do período anterior –, num contexto de custos salariais extremamente reduzidos.

Em 2004 e 2005, com uma taxa média mais elevada de crescimento econômico (3,6%), que foi também estimulada por um forte crescimento das exportações e menor ritmo de expansão das importações, o emprego formal elevou-se num ritmo bem maior (5,7%), mas a relação emprego formal/produto reduziu-se para 1,58, ficando mais próxima da vigente na segunda metade dos anos 80 do que das verificadas no período 1994-98 e no período 1999/2003.² Isso mostra que a expansão do emprego formal estará, nos próximos anos, provavelmente muito mais associada ao crescimento do PIB do que a elevações na relação emprego formal/PIB.³

² Para este cálculo, consideraram-se, como estimativa para a expansão do emprego formal em 2005, os dados do Caged (MTE), que apontam uma expansão do emprego formal de 5,1%. Quando se considera o conjunto do período 1999-2005, a taxa média de crescimento do produto foi de 2,3% e a expansão média anual do emprego formal foi de 4,36%, o que resulta numa relação emprego formal/PIB de 1,9, também menor do que a do período 1999-2003.

³ Isso não significa, necessariamente, considerar a hipótese de uma forte redução desta relação nos próximos anos, já que nos últimos 20 anos, ela somente foi extremamente reduzida no período 1994-98 - de profundas mudanças estruturais que afetaram negativamente o emprego. No período 1990-92, o emprego formal reduziu-se a uma taxa média anual de 3,1%, mas o PIB também apresentou uma redução absoluta e foram implementadas medidas de abertura comercial e financeira, programas de demissão voluntárias, privatizações etc.

2 Emprego formal e tamanho de estabelecimento

Os dados do Cadastro Central de Empresas (Cempre), do IBGE, mostram que a participação das empresas com até 99 empregados no total do emprego formal era de 47,7%, em 1999, elevando-se para 49,6% em 2003. Nas empresas com 100 até 499 empregados, a participação no emprego formal reduziu-se de 14,9% para 14%. Nas empresas com 500 ou mais empregados, essa participação também foi reduzida de 37,4% para 36,5%, no mesmo período.⁴ Assim, apesar da forte expansão do emprego formal, que alcançou as médias e grandes empresas, ainda ocorreu uma elevação do peso do emprego formal nas menores empresas, e uma queda da participação das empresas com mais de 100 empregados no total do emprego formal.⁵ Essa tendência, que era ainda mais forte no período 1994-98, não foi, portanto, revertida, até 2003.

Os empregos formais das empresas com até 100 empregados, que continuaram representando quase metade do total do emprego formal, são geralmente marcados por salários mais baixos, piores condições de trabalho e menores benefícios trabalhistas.

Participação do pessoal ocupado total nas empresas ativas formais
(em %)
Brasil

Faixas de pessoal ocupado	Ano							
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
0 a 4	15,97	16,48	16,92	17,43	17,12	17,86	18,36	18,56
5 a 9	7,73	8,31	8,61	8,67	8,67	8,54	8,57	8,65
10 a 19	6,87	7,37	7,62	7,64	7,75	7,84	8,26	8,40
20 a 29	3,55	3,74	3,79	3,77	3,87	4,01	3,94	3,97
30 a 49	4,35	4,40	4,43	4,44	4,56	4,58	4,49	4,51
50 a 99	5,89	5,97	5,76	5,71	5,79	5,74	5,53	5,51
100 a 249	8,60	8,44	8,29	8,01	7,94	7,94	7,53	7,45
250 a 499	7,29	7,17	7,07	6,91	6,77	6,73	6,67	6,51
500 e mais	39,76	38,13	37,50	37,42	37,53	36,76	36,65	36,45

Fonte: IBGE. *Cadastro Central de Empresas*.

Do total de salários pagos, a participação das empresas com até 99 empregados era de 21% em 1999, elevando-se para 22,6% em 2003. Nas empresas com 500 ou mais empregados, a participação no total dos salários pagos reduziu-se de 62,3% para 61,2%, no mesmo período. Nas empresas com 100 até 499 empregados, a participação também foi reduzida, de 16,7% para 16,2%.

⁴ Como os dados do Cempre não estão disponíveis para o ano de 2004 - ano em que ocorreu uma forte expansão do emprego formal -, cabe ressaltar que os dados da RAIS não apontam mudanças significativas nas tendências apontadas pelos dados do Cempre/IBGE. Em 2003, segundo os dados da RAIS, o total de emprego formal nas empresas com até 99 empregados representava 46,4% do estoque de emprego formal; nas empresas com 100 até 499 empregados a participação era de 19,8%; e nas empresas com 500 ou mais empregados de 33,8%. Em 2004, essas participações eram, respectivamente, de 46,4%, 19,7% e 34%. Praticamente não houve alteração na participação relativa, segundo o porte das empresas. Com todos esses dados, conclui-se que o crescimento do emprego formal manteve uma estrutura ainda marcada pelo elevado peso do emprego nas menores empresas.

⁵ A participação das empresas com até 99 empregados era de 44,6% e a das com 500 ou mais empregados de 39,8% em 1996. A etapa de maior expansão do emprego formal não foi suficiente para alterar o quadro de perda de importância dos melhores empregos gerados nas grandes empresas.

Brasil
Salários (Percentual)

Faixas de pessoal ocupado	Ano							
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
0 a 4	1,94	2,21	2,24	2,35	2,47	2,72	2,69	2,88
5 a 9	2,79	3,07	3,33	3,48	3,47	3,59	3,60	3,71
10 a 19	3,42	3,73	3,96	4,06	4,09	4,24	4,36	4,55
20 a 29	2,27	2,41	2,47	2,49	2,51	2,64	2,63	2,72
30 a 49	3,19	3,30	3,35	3,39	3,43	3,55	3,49	3,60
50 a 99	5,18	5,42	5,26	5,26	5,24	5,26	5,18	5,18
100 a 249	8,77	8,82	8,78	8,54	8,42	8,58	8,20	8,31
250 a 499	8,24	8,51	8,31	8,15	8,04	7,92	7,82	7,90
500 e mais	64,20	62,54	62,29	62,26	62,33	61,51	62,03	61,15

Fonte: IBGE. *Cadastro Central de Empresas*.

Nas empresas com 500 ou mais empregados, o salário médio anual era de R\$12.192,00 em 1999, subindo para R\$16.026,00 em 2003, uma elevação nominal de 31,4%. Ainda que a massa salarial tenha crescido mais nas empresas com até 99 empregados, não somente por conta do maior aumento do emprego, mas também de um aumento nominal de 35% do salário médio anual – seu patamar era muito mais reduzido do que nas empresas com 500 ou mais empregados, tanto em 1999 (R\$ 3.234,00), como em 2003 (R\$ 4.361,00). Isso mostra que a elevada participação das empresas com até 99 empregados, no total do emprego formal, ainda contribui para conformar uma estrutura de baixos rendimentos do trabalho no setor formal, tendência não alterada com o crescimento mais acelerado deste segmento nos últimos anos. Além do rendimento mais baixo, é fato muito conhecido que esse segmento de pequenos negócios apresenta piores condições de saúde e segurança no trabalho, geralmente não contam com representação dos trabalhadores no local de trabalho e é bem mais reduzida a parcela de trabalhadores que têm acesso a benefícios gerados pela empresa, tais como: plano de saúde, vale-transporte e programas de alimentação.

Portanto, a evolução do emprego formal no período 1999-2003 – de reduzido ritmo de crescimento econômico –, não contribuiu para promover uma melhoria da estrutura ocupacional, de rendimentos e de condições de trabalho, nem mesmo no interior do conjunto do setor formal.

Mesmo com o maior ritmo de crescimento econômico e de expansão do setor formal em 2004, a participação do emprego formal, segundo o porte das empresas, não foi significativamente alterada: a participação do emprego do conjunto das empresas com 100 ou mais empregados elevou-se de 53,5% para 53,8%, no total do emprego formal, entre 2003 e 2004, com o que as menores empresas praticamente mantiveram sua participação no total. Entretanto, devem-se destacar as tendências positivas desse ano de maior ritmo de crescimento sobre o setor formal: maior crescimento do emprego formal na indústria de transformação (+9,4%), que contribuiu com 33% das novas vagas criadas; mais de 1 milhão de novas vagas criadas nas empresas com 100 ou mais empregados, sendo 684 mil somente nas empresas com 500 ou mais empregados. Esses fatores contribuíram para uma leve expansão do rendimento médio real do setor formal em 2004 (+1,2%).

Estes aspectos positivos provocados pelo maior ritmo de crescimento econômico em 2004 poderiam conformar uma tendência de melhoria crescente da estrutura de emprego e de rendimentos do setor formal. Entretanto, esta tendência não será confirmada enquanto não for assegurada uma trajetória de crescimento econômico elevado e sustentado. A desaceleração do ritmo de crescimento econômico em 2005 já provocou impactos muito mais modestos sobre o emprego formal: um menor ritmo de crescimento (5,1%); a indústria de transformação contribuiu com apenas 14,2% – expansão de apenas 3% – das novas vagas criadas, sendo que 76,5% foram criadas no comércio e nos serviços.

Além disso, como o peso dos empregados do setor formal – empregados com carteira assinada e militares e funcionários públicos estatutários – era de cerca de 37% no conjunto dos ocupados e de 33,7% da PEA, de acordo com os dados da PNAD de 2004, as variações relativas do emprego formal referem-se a um universo que representa apenas cerca de 1/3 das pessoas que estão voltadas para o mercado de trabalho. Assim, por exemplo, uma expansão de 4,5% do emprego formal – como ocorreu, em média, nos últimos 7 anos – gera empregos num volume equivalente ao aumento da PEA de 1,5% ao ano. Por isso, a expansão do emprego formal não é necessariamente capaz de provocar melhorias significativas no conjunto da estrutura ocupacional brasileira, como será mostrado na seção seguinte.

3 Alguns impactos da expansão do emprego formal sobre a estrutura ocupacional

Considerando o crescimento ainda relativamente elevado da População Economicamente Ativa, no período 1999-2004, e o reduzido peso do setor formal na PEA, compreende-se por que o maior ritmo do crescimento do emprego formal dos últimos anos não foi suficiente para produzir melhorias expressivas no mercado de trabalho brasileiro.⁶

A expansão das atividades informais também foi expressiva nesse período em que ocorreu maior elevação do emprego formal. Os dados da PME/IBGE mostram uma expansão de 17% do número de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e de 2,3% do universo de trabalhadores por conta própria, entre janeiro de 1999 e o mesmo mês de 2002, enquanto que o universo de trabalhadores com carteira elevou-se 8,1%, no mesmo período. Ou seja, mesmo com a elevação do emprego formal, a estrutura de emprego metropolitano ainda apresentava, em janeiro de 2002, uma proporção maior do conjunto de trabalhadores autônomos e sem carteira assinada (50%) do que em janeiro de 1999 (49,2%); esse universo era também maior do que o relativo aos trabalhadores com carteira assinada, cujas participações no total foram mantidas (45,2% e 45,3%, respectivamente, no mesmo período).

Com a mudança na metodologia da PME, a partir de 2002, observa-se que o número de trabalhadores sem carteira assinada expandiu-se 17,7%, o de trabalhadores por conta própria 14,6% e o de empregadores 18,5%, entre março de 2002 e março de 2005, enquanto que o número de trabalhadores com carteira assinada apresentou, no mesmo período, uma expansão bem menor: 10%. A proporção de trabalhadores com carteira assinada, alterada com a nova metodologia, era de 49,6% em março de 2002, mas reduziu-se para 48,5% em março de 2005, voltando praticamente para o mesmo patamar em março de 2006 (49,8%). A proporção de trabalhadores sem carteira assinada era maior em março de 2005 (23,9%) e em março de 2006 (23,2%) do que em março de 2002 (22,8%). A participação do trabalho autônomo também elevou-se entre março de 2002 (20,8%) e março de 2005 (21,2%), mas reduziu-se para 20,7% em março de 2006. Neste último mês, portanto, o conjunto de trabalhadores por conta própria e sem carteira assinada ainda apresentava uma participação (43,9%) levemente superior à de março de 2002 (43,6%) na estrutura ocupacional das principais metrópoles brasileiras, embora com a nova metodologia tenha passado a ser menor do que o universo de trabalhadores com carteira assinada.⁷

⁶ Os dados da PNAD (IBGE) apontam uma taxa média anual de crescimento da PEA de 2,23% para os anos de 2003 e 2004, que passou de 86,9 milhões de trabalhadores em 2002 para 90,8 em 2004, um acréscimo anual de 1,95 milhão.

⁷ A mudança na metodologia da PME reduziu o número de ocupados, na seis regiões metropolitanas investigadas, de 17,598 milhões em março de 2002 (antiga metodologia) para 16,084 milhões em março de 2002 (nova metodologia), elevando o número de desempregados de 1,351 milhões para 2,575 milhões, no mesmo período. Obviamente, a redução do estoque de ocupados por conta da reclassificação de ocupados em situações precárias (na antiga metodologia) para desempregados (na nova metodologia), contribuiu para elevar o peso dos assalariados com carteira no total dos ocupados. No entanto, a participação dos trabalhadores com carteira assinada, que salta de 44,8% para 49,6% (em março de 2002, com a mudança da metodologia), mantém-se praticamente no mesmo patamar (49,8%) em março de 2006, ou seja, no período em que o emprego formal apresenta uma elevação no seu ritmo de crescimento.

Assim, os dados da PME (IBGE), considerando as duas metodologias utilizadas no período em análise, deixam muito claro que o crescimento do emprego formal não foi suficiente para elevar seu peso na estrutura do emprego metropolitano. A participação das ocupações mais precárias – do trabalho autônomo e dos empregados sem carteira assinada –, na estrutura de emprego metropolitano é, atualmente, maior do que era em 1999.

Para alguns analistas, a elevação do emprego formal, entretanto, teria melhorado a estrutura ocupacional das outras áreas metropolitanas e urbanas do País, como reflexo de um processo de desconcentração do crescimento do emprego formal. De fato, em todas as grandes regiões brasileiras, entre 1997 e 2002, os municípios das capitais brasileiras perderam participação (de 40,9% para 36,9%) para os demais municípios (de 59,1% para 63,1%) no total do emprego formal, segundo os dados do Cadastro Central de Empresas (Cempre/IBGE).

Entretanto, utilizando os dados da PNAD/IBGE, observa-se que não ocorreram grandes alterações na estrutura ocupacional brasileira entre 2001 e 2004, como pode ser observado nos quadros apresentados a seguir. Como o emprego formal cresceu num ritmo pouco superior ao conjunto das demais atividades, a participação dos empregados celetistas com carteira assinada e militares e funcionários públicos estatutários elevou-se de 35,8%, em 2001, para apenas 37% do total de ocupados, em 2004. A participação dos trabalhadores sem carteira assinada, dos empregados domésticos, dos trabalhadores por conta própria e dos sem remuneração apresentaram um leve redução no conjunto da estrutura ocupacional brasileira nesse período (veja quadro abaixo).

Brasil ⁽¹⁾

Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (Percentual)

Posição na ocupação no trabalho principal	Ano			
	2001	2002	2003	2004
Empregados	54,25	54,26	54,39	55,20
Empregados - com carteira de trabalho assinada	29,39	29,35	29,93	30,37
Empregados - militares e funcionários públicos estatutários	6,45	6,39	6,60	6,59
Empregados – outros	18,39	18,52	17,86	18,25
Empregados - sem declaração	0,01	0,01	0,00	0,00
Trabalhadores domésticos	7,81	7,74	7,68	7,65
Trabalhadores domésticos - com carteira de trabalho assinada	2,03	2,00	2,08	1,98
Trabalhadores domésticos - sem carteira de trabalho assinada	5,77	5,74	5,60	5,67
Trabalhadores domésticos - sem declaração	0,00	0,00	0,00	0,00
Conta própria	22,31	22,25	22,34	21,96
Empregadores	4,22	4,24	4,20	4,11
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	3,82	3,96	4,18	4,00
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,20	0,19	0,15	0,12
Não remunerados	7,40	7,35	7,07	6,95
Sem declaração	0,00	0,00	-	-

Fonte: IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*.

Nota: (1) Até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Por outro lado, no período 2002-2004,⁸ observa-se um acréscimo de 2,6 milhões de empregos formais no conjunto do país (exclusive a Região Norte), cuja expansão foi fortemente influenciada pelo

⁸ Não foram incluídos os dados de 2001, porque os dados apresentados pelo IBGE, para esse ano, ainda não foram reponderados. Foi excluída a Região Norte, porque os dados de 2004 passaram a contemplar as informações dos estados do Amapá, Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e Pará, que não eram captados na PNAD dos anos anteriores.

melhor desempenho do emprego formal no ano de 2004, quando o PIB cresceu quase 5%. A Região Sudeste ficou com 51% desse acréscimo do emprego formal; a Região Sul com 23%, a Região Nordeste com 17% e a Região Centro-Oeste com 9%.

Entretanto, diversos tipos de ocupações que se caracterizam, principalmente, por elevada proporção de trabalho precário e/ou ausência de proteção social e baixo rendimento, também apresentaram acréscimos em números absolutos, nesse período; no conjunto das regiões consideradas ocorreu uma expansão de 500 mil empregados sem carteira de trabalho assinada, 265 mil empregados domésticos, 380 mil trabalhadores por conta própria, 27 mil trabalhadores para o próprio consumo. No conjunto, um acréscimo de 1,2 milhão de ocupações, dentre as quais a maioria é muito precária.⁹

Mesmo considerando a maior expansão do emprego formal nos últimos anos e o acréscimo de ocupações precárias, o número absoluto de desempregados somente diminuiu na Região Sul (-54 mil), elevando-se significativamente na Região Nordeste (260 mil) e, em menor medida, na Região Centro-Oeste (29 mil). Mesmo na Região Sudeste, onde foi relativamente maior o impacto da expansão do emprego formal, o número de desempregados elevou-se em 45 mil (veja quadro abaixo).

Variação absoluta do emprego, segundo posição na ocupação e do desemprego
Regiões Sudeste, Sul, Nordeste e Centro-Oeste, 2002-2004

	Sudeste	Sul	Nordeste	Centro-Oeste	Total
Empregados com carteira assinada	1.206.463	518.018	319.773	161.774	2.206.028
Servidores públicos e militares estatutários	128.782	76.242	127.536	69.740	402.300
Empregados sem carteira assinada	294.783	106.273	81.280	16.786	499.122
Empregados Domésticos	158.596	- 24.129	65.866	65.200	265.533
Trabalhadores por conta própria	14.428	95.910	211.230	55.872	377.440
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	- 75.297	- 87.885	180.046	10.442	27.306
Trabalhadores não remunerados	- 265.101	- 80.477	- 63.836	- 1.219	- 410.633
Desempregados	44.965	- 53.274	259.564	28.585	279.840

Fonte: IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*.

Considerações finais

O maior ritmo do crescimento do emprego formal nos últimos sete anos não está associado a uma taxa média maior de crescimento econômico. Da mesma forma que algumas mudanças estruturais ocorridas na economia brasileira provocaram uma forte redução da relação entre expansão do emprego formal e o PIB, no período 1994-1998, as mudanças ocorridas no período 1999-2003 provocaram fortes efeitos positivos sobre esta relação, que, entretanto, não foram suficientes para provocar melhorias expressivas nem no próprio interior do setor formal e muito menos no conjunto da estrutura ocupacional brasileira.

Além disso, os efeitos de uma elevada elasticidade emprego formal/PIB já mostraram seus primeiros sinais de esgotamento no período 2004-2005. Muito provavelmente, não se poderá contar, nos

⁹ Em 2004, os empregadores recebiam uma média mensal de R\$2.366,30, os militares e estatutários R\$1300,10, os empregados com carteira assinada R\$784,60, os trabalhadores por conta própria R\$598,50, os empregados sem carteira R\$435,70 e os trabalhadores domésticos R\$355,20. O total de empreendimentos informais urbanos expandiu-se 9,1%, entre 1997 e 2003, e a população ocupada nesse segmento 7,7%, segundo os dados da Pesquisa Economia Informal Urbana do IBGE. Somente nesse segmento, a expansão do número de ocupados foi de 3,5 milhões, uma média anual de 580 mil trabalhadores nesse período.

próximos anos, com uma elasticidade tão elevada como a do período 1999-2003, para a expansão do emprego formal e para a melhoria da estrutura ocupacional brasileira. Considerando também que a população economicamente ativa brasileira ainda apresenta um significativo ritmo de crescimento e que ele será mantido por muitos anos, somente uma taxa sustentada e elevada de expansão do PIB nos próximos anos poderá provocar melhorias significativas no mercado de trabalho brasileiro.

A MULHER NO ATUAL MERCADO DE TRABALHO

*Eugênia Troncoso Leone*¹

A elasticidade do emprego em relação à atividade econômica esteve baixa nos anos 90, devido aos efeitos negativos da abertura comercial e financeira sobre o mercado de trabalho em que, mesmo nos momentos favoráveis da economia, o mercado de trabalho apresentou um fraco desempenho. A desvalorização do real, em 1999, e a performance da economia mundial desde 2003 encerraram esse período e o mercado de trabalho começou a dar sinais de recuperação, como consequência de uma maior sensibilidade ao desempenho da atividade econômica. A comparação 2002-2004 revela um aumento razoável da ocupação não-agrícola, destacando-se a maior formalização do emprego em estabelecimentos, incentivada por um melhor posicionamento do Estado com relação ao cumprimento das leis do trabalho (Baltar; Krein; Moretto, 2006).

Uma perspectiva de gênero permite também revelar mudanças interessantes na estrutura ocupacional entre 2002 e 2004, a partir dos dados da PNAD. Inicialmente, constata-se que o crescimento do emprego formal foi igualmente intenso para homens (5,1% ao ano) e para mulheres (5,3% ao ano). Já a ocupação não-formal (emprego sem carteira, trabalho por conta-própria, trabalho sem remuneração, serviço doméstico remunerado e empregadores) ficou constante para homens e aumentou de forma expressiva para mulheres (3,6% ao ano). O total da ocupação não-agrícola cresceu então 4,3% no caso das mulheres e 2,4% no caso dos homens.

A participação das mulheres na ocupação não-agrícola evoluiu de 43,4% para 44,3%². Essa ampliação de apenas um ponto percentual parece pequena, mas o aumento da ocupação feminina representou 58% do aumento total da ocupação não-agrícola. Os dados anteriores mostram também uma expressiva diferença nas evoluções por sexo do emprego formal e da ocupação não-formal. No emprego formal, que respondeu por 71% do aumento total da ocupação não-agrícola, as mulheres participaram com 41% do acréscimo, enquanto que a totalidade do aumento da ocupação não-formal foi feminina.

Do ponto de vista setorial à composição dos empregos formais é bastante diferente entre homens e mulheres (Tabela 1). Contudo, a semelhança do ritmo de crescimento do emprego formal de homens e de mulheres reflete o padrão setorial do aumento da atividade econômica entre 2002 e 2004. Assim, o crescimento foi intenso na Indústria de Transformação, no Comércio e Reparação, nos Bancos e Serviços de Apoio à Empresa, na Administração Pública, no Transporte, nos Serviços Pessoais, na Extração Mineral e em Serviços Pessoais. Desses setores, o único com intensa participação de mulheres é o de Serviços Pessoais (45%), que é um setor com peso relativamente pequeno no emprego formal. Os setores em que as mulheres apresentam uma ampla participação no emprego formal são, basicamente, Educação, Saúde e Serviços Sociais (80%) e Alojamento e Alimentação (53%). Nesses setores, entretanto, o crescimento do emprego formal foi relativamente modesto (próximo de 2,8% ao ano). Na verdade, a semelhança do crescimento do emprego formal de homens e de mulheres deve-se a um crescimento mais forte deste tipo de emprego para as mulheres do que para os homens, na maioria dos setores de atividade. Isto não se

¹ Professora do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (Cesit).

² Entre 2002 e 2004 a taxa de participação das mulheres aumentou de 46,6% para 48,1%, a taxa de desemprego permaneceu em 12,8% e a taxa de ocupação aumentou de 40,7% para 41,9%. No caso dos homens, a taxa de participação manteve-se em 71,4%, a taxa de desemprego caiu de 7,8% para 7,3% e a taxa de ocupação passou de 65,8% para 66,1%. Como se observa, o aumento da elasticidade do emprego em relação à atividade econômica pouco modificou as condições gerais do mercado de trabalho do país.

verifica somente em Educação, Saúde e Serviços Sociais e em Alojamento e Alimentação, justamente os dois setores nos quais a presença feminina no emprego formal é grande, mas onde o emprego formal pouco cresceu entre 2002 e 2004.

Tabela 1
Distribuição do emprego formal e taxas de variação (% ao ano) conforme setores de atividade e sexo.
Brasil 2002 e 2004.

Emprego formal do homem			Emprego formal da mulher		
Setores de Atividade	2002	2004/2002	Setores de Atividade	2002	2004/2002
Indústria de Transformação	27,3	7,2	Educação, Saúde e Serviços Sociais	36,7	2,3
Comércio e Reparação	17,8	4,6	Comércio e Reparação	16,6	8,0
Administração Pública	12,5	3,0	Indústria de Transformação	15,1	8,2
Outras Atividades	12,0	5,0	Outras Atividades	10,8	6,8
Transporte, Armazenagem e Comunicação	9,2	4,5	Administração Pública	9,6	6,4
Construção	7,2	(1,2)	Alojamento e Alimentação	4,3	(0,2)
Educação, Saúde e Serviços Sociais	6,2	4,5	Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	3,2	9,0
Outros Setores	7,7	8,3	Outros Setores	3,7	5,2
Total	100,0	5,1	Total	100,0	5,3

Fonte: PNADs 2002 e 2004.

Obs.: Nenhum dos dois anos inclui a área rural da região Norte.

No que diz respeito à ocupação não-formal, cinco setores foram responsáveis pelo maior aumento da ocupação: os Serviços Pessoais e as Atividades de Apoio com aumento expressivo; e o Comércio, os Serviços Domésticos e a Indústria de Transformação com um crescimento da ocupação não-formal mais moderado (Tabela 2).

O Serviço Doméstico apresentou redução da ocupação masculina e o crescimento da ocupação feminina manteve o ritmo intenso que vinha apresentando no final da década de 1990.

Na Indústria de Transformação a ocupação total feminina cresceu de forma mais intensa que a ocupação total masculina. O crescimento do emprego formal neste setor foi muito acentuado tanto para homens como para mulheres. Mas a ocupação não-formal cresceu fortemente para as mulheres e diminuiu para os homens. A formalização do emprego industrial ocorreu principalmente nos segmentos que se caracterizam por serem empregadores de homens, não atingindo tanto os segmentos que se caracterizam pelo emprego de mulheres, que apresentaram um crescimento bastante expressivo no período considerado.

No Comércio e Reparação o crescimento da ocupação feminina também foi mais intenso do que o masculino e a diferença de ritmo de crescimento revelou-se ainda maior que a observada na Indústria de Transformação. Tanto para homens quanto para mulheres, houve aumento do grau de formalização da ocupação. Ou seja, para ambos os sexos o crescimento do emprego formal foi mais intenso que o total da ocupação não-formal. A diferença de crescimento em favor da mulher ocorreu no emprego formal e nas ocupações não-formais. O peso feminino é relativamente pequeno no Comércio e Reparação, tanto no emprego formal quanto no não-formal. Contudo, a mulher participou com metade do acréscimo na ocupação não-formal, bem como no emprego formal. Os resultados para o Comércio e Reparação refletem o processo de aumento da participação feminina em um setor de atividade em que as características de sexo significam pouco, em termos de vantagens na disputa pela ocupação.

Nos Serviços Pessoais e de Apoio a Atividade Econômica ocorreu algo semelhante ao verificado no Comércio e Reparação. Entretanto, os ritmos de crescimento do emprego formal apresentam maior semelhança entre homens e mulheres e, além disso, é maior a diferença em favor das mulheres no crescimento da ocupação não-formal, sugerindo que foi maior o crescimento nos segmentos femininos com

ocupação não-formal, ou que nesses segmentos existem vantagens para as mulheres na disputa dessas ocupações.

Tabela 2
Distribuição do emprego não-formal e taxas de variação (% ao ano) conforme setores de atividade e sexo. Brasil 2002 e 2004.

Emprego não-formal do homem			Emprego não-formal da mulher		
Setores de Atividade	2002	2004/2002	Setores de Atividade	2002	2004/2002
Comércio e Reparação	29,4	2,0	Serviços Domésticos	35,1	3,0
Construção	21,9	(5,4)	Comércio e Reparação	19,5	3,8
Indústria de Transformação	12,3	(1,9)	Indústria de Transformação	13,8	3,4
Transporte, Armazenagem e Comunicação	9,5	(0,5)	Educação, Saúde e Serviços Sociais	9,2	1,2
Outras Atividades	7,4	1,9	Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	8,7	6,0
Alojamento e Alimentação	5,5	(2,2)	Alojamento e Alimentação	5,8	3,5
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	4,7	2,1	Outras Atividades	4,5	6,1
Outros Setores	9,3	(0,2)	Outros Setores	3,4	5,1
Total	100,0	0,0	Total	100,0	3,6

Fonte: PNADs 2002 e 2004.

Obs.: Nenhum dos dois anos inclui a área rural da região Norte.

A sensibilidade do mercado de trabalho à atividade econômica aumentou, mas a performance da economia deixou a desejar. Para a força de trabalho masculina, que mostrou um crescimento vegetativo, o limitado desempenho do mercado de trabalho foi suficiente para elevar o grau de formalização da ocupação, já que o emprego formal cresceu intensamente e a ocupação não-formal praticamente não se alterou entre 2002 e 2004. Cabe observar, entretanto, que a constância da ocupação não-formal para os homens é consequência de uma compensação entre, de um lado, o declínio desse tipo de ocupação na Indústria de Transformação, Serviços de Utilidade Pública, Construção, Administração Pública e Serviços de Apoio à Atividade Econômica, onde parece ter havido um processo de formalização das relações de trabalho e, de outro, o aumento relativamente intenso no Comércio, Educação, Saúde e Serviços Sociais e Serviços Pessoais.

Para a população ativa feminina que continuou aumentando sua participação, o desempenho do mercado de trabalho mostrou-se insuficiente, reduzindo pouco o desemprego e dando continuidade a um intenso crescimento da ocupação não-formal nos mais variados setores de atividade, notadamente nos setores de Indústria de Transformação, Comércio e Reparação, Alojamento e Alimentação, Administração Pública, Educação, Saúde e Serviços Sociais, Serviços de Apoio às Empresas e nos Serviços Pessoais.

Bibliografia

BALTAR, P.; KREIN, J. D.; MORETTO, A. O emprego formal nos anos recentes. *Carta Social e do Trabalho*, Campinas, Unicamp. IE. Cesit, n. 3, 2006.